

Revista de

Economia Fluminense

ref@cide.rj.gov.br

Fundação CIDE - Centro de Informações
e Dados do Rio de Janeiro

SEPCI - Secretaria de Estado de
Planejamento e Coordenação
Institucional

UFF - Universidade Federal
Fluminense Faculdade de Economia

Ano I - Nº 3 - Maio 2005

Entrevista
Senador
Sérgio Cabral Filho

Estudo Científico
A economia do
Rio de Janeiro
na década de 90

Panorama da
Economia Fluminense

Indicadores Econômicos

TERMO RIO Caxias-RJ
SUB Estação GIS



Estação de Barcas em
Charitas, Niterói, RJ.

Foto: Arquivo/SECOM

Este terceiro número da **Revista de Economia Fluminense** referenda sua proposta inicial no sentido de caracterizar-se como um veículo aberto e disponível a quem pesquisa, reflete, analisa e interage com a realidade econômica desse estado, oferecendo ao leitor matérias de exemplar conteúdo técnico recebidos da Academia, da administração pública e do universo privado.

Como exemplo, citamos o Artigo Científico dessa edição, extrato de tese de mestrado submetida à banca na UNICAMP, onde o autor retrata a evolução da economia fluminense nas décadas de 80 e 90, pesquisando exaustivamente o setor industrial dimensionando e demonstrando suas dificuldades, transformações e a fase de recuperação com o advento do petróleo.

Destacamos, ainda, uma alentada entrevista com o Senador Sérgio Cabral Filho que, apesar de salientar os altos investimentos realizados no estado, mostra-se bastante preocupado com a geração de empregos e a qualidade de vida da população, com o desenvolvimento equilibrado do estado e, especialmente, com os problemas que afligem a Região Metropolitana e sua administração. Ele revela e expõe suas idéias ao debate num momento em que a questão Fusão X Desfusão atinge seu mais alto grau de efervescência.

A cada dia que passa a realidade moderna nos impõe e fica mais nítida a necessidade do investimento no conhecimento dos fenômenos que atuam sobre o território e a população do Estado do Rio de Janeiro. Modestamente, a nossa **Revista de Economia Fluminense** procura cumprir seu papel como estimuladora e difusora do pensamento de quem efetivamente tem o que contribuir para a solução dos problemas de nossa terra.

Ranulfo Vidigal

Diretor-Presidente da Fundação CIDE

A **Revista de Economia Fluminense** é um espaço de divulgação de informações e análises sobre a realidade econômica e social do Estado.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governadora: Rosinha Garotinho

SEPCI - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Institucional

Secretário: Tito Ryff

Fundação CIDE - Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro

Diretor Executivo: Ranulfo Vidigal

UFF - Universidade Federal Fluminense Faculdade de Economia

Diretora: Ruth Helena Dweck

Conselho Editorial

Sérgio Besserman, Luiz Roberto Cunha, Renata La Rovere, Jorge Brito, Inês Patrício e Angela Fontes

Editores Executivos

Adolfo Freire e Eduardo Duprat

Coordenação Técnica

Henrique Gurvitz

Equipe Técnica

Ana C. Andrade, Armando de Souza Filho, Ricardo Willye e Seráfita Azeredo

Jornalista Responsável

Franklin Campos

Projeto Gráfico e Diagramação

Sandra Fioretti

Ilustração

João Semeraro

Apoio Editorial

Carlos Raul Gouvea da Silva
Vânia Azamor

Capa

TERMO RIO Caxias-RJ
SUB Estação GIS

Foto da Capa

Antonio Pinheiro



Fundação CIDE
Centro de Informações e
Dados do Rio de Janeiro



informação, a chave de sua decisão

Palácio Guanabara, Anexo,
Rua Pinheiro Machado, s/nº,
Laranjeiras, 22231-901
Rio de Janeiro, RJ
Tels: (21) 2299-5362 / 5363
Fax: (21) 2552-5381
e-mail: correio@cide.rj.gov.br
homepage: <http://www.cide.rj.gov.br>

Editorial

Página 3

Entrevista
Senador Sérgio
Cabral Filho

Página 6

A economia do
Rio de Janeiro na
década de 90

Por Robson Dias da Silva

Página 12

**O setor**
sucro-alcooleiro e
o desenvolvimento
da região Norte
FluminensePor René Louis de
Carvalho

Página 22

O que falta
é União:
um argumento
contra a secessão
da cidade do
Rio de JaneiroPor Alcino F. Camara Neto
e Matias Vernengo

Página 26

**A capital voltará a**
ditar o ritmo do
emprego em 2005?Por Helcio de Medeiros
Junior

Página 32

A democracia do
empregoPor Prof. Dr. Marco
Antonio Lucidi

Página 36

**Desenvolvimento,**
educação continuada
e qualificação
profissional

Por Arlindo Lopes Corrêa

Página 40

**Agricultura**
orgânica: desenvolvi-
mento com responsa-
bilidade social

Por Christino Áureo

Página 42

**Rio de Janeiro:**
Indústria e
Crescimento
Sustentado

Por Luciana C.M. de Sá

Página 44

Análise da ConjunturaHenrique Gurvitz e
Ranulfo Vidigal

Página 46

Indicadores
EconomicosPor Ana Cristina Andrade,
Armando de Souza Filho,
Henrique Gurvitz e
Seráfita Azeredo
Ávila

Página 47



Entrevista

Senador Sérgio Cabral Filho

No seu escritório no Rio de Janeiro, o Senador Sérgio Cabral Filho (PMDB/RJ), eleito com mais de 8 milhões de votos, deu uma longa entrevista à *Revista de Economia Fluminense*. Acumulando oito anos de experiência como presidente da Assembléia Legislativa, Sérgio Cabral Filho falou sobre vários assuntos ligados ao setor econômico fluminense, além de política nacional e regional.

O repasse de verbas federais para o Rio de Janeiro – onde de cada R\$ 100,00 que saem do Rio para a União, só retornam R\$ 4,00 – foi um dos temas abordados pelo senador com um histórico que remonta ao período da fusão da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro. Ainda sobre o atual debate sobre a desfusão, Sérgio Cabral Filho acredita que tudo não passa de conversa de gente que não tem votos e gosta de criar factóides.

Adepto do lançamento de uma candidatura própria do seu partido nas próximas eleições presidenciais, o senador fluminense em termos de políticas regionais, acredita que, para os próximos 10 anos, deve-se manter os parâmetros de continuidade que está sendo realizada hoje no Estado do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, hoje, 60% do Produto Industrial é fruto do petróleo e 20% do seu PIB é petróleo. Ciente de tal realidade, o Senador Sérgio Cabral Filho relatou que mostrou-se preocupado com a situação a partir do pós-petróleo, tendo, inclusive, já apresentado no plenário do senado federal um projeto onde procura defender a economia fluminense dos efeitos da má aplicação dos recursos oriundos da distribuição dos *royaltes*.

Em 03 de abril de 2005

Ranulfo – Gostaria de começar nossa conversa querendo saber sua opinião sobre a questão que envolve o repasse de recursos da União para o estado do Rio de Janeiro. A *Fundação CIDE*, conforme explicitamos em artigo publicado no jornal *O DIA*, calculou que, para cada R\$100,00 que saem do Rio para a União, só retornam R\$ 4,00. Como o Senhor analisa esta questão? Que mecanismos ou qual seria a política a ser colocada em prática para tentar reverter ao longo do tempo uma distorção tão grande quanto esta?

Senador Sergio Cabral - O que aconteceu com o Estado do Rio de Janeiro em relação ao seu relacionamento com Brasília? O Estado que foi criado em 75, eu só vou analisar a questão a partir do ano de 75, ano em que ocorreu a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A perda da capital em 60 também gerou uma série de problemas para o que hoje é a cidade do Rio de Janeiro, mas vamos analisar dois momentos a partir de 1975.

Primeiro momento

O Estado do Rio de Janeiro recebeu recursos da União por força da própria decisão autoritária do Governo Federal, de impor a fusão de cima para baixo. Nesse momento, acontece este debate sobre des fusão ou fusão. Particularmente eu sou contra a des fusão, não tem o menor cabimento, mas não sou contra a consulta. Temos que analisar o momento de fazê-la. Após o governo de Faria Lima que foi o governo da realização da fusão...o Chagas, em seguida, Brizola, nós tivemos um período de poucos repasses voluntários de recursos da União para o Estado do Rio de Janeiro. Eu diria que o último marco foi a ponte Rio-Niterói, com a fusão.

Segundo momento

Fim da década de 90, governo Marcelo Alencar, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso, no primeiro quadriênio, repassou para o Rio recursos para o metrô. Dessa forma, houve a possibilidade de levar o metrô da Pavuna até Copacabana. Depois disso, o ou-

“Se não houver uma política econômica, macroeconômica, que aponte na direção do desenvolvimento, se for mantida esta política conservadora, uma política pouco ousada, onde o Brasil pratica juro que são os maiores do mundo, na minha opinião, o empresário brasileiro e o povo brasileiro, tanto o empresário quanto o setor trabalhador, são verdadeiros heróis porque abrir emprego, gerar prosperidade em um ambiente como este, é muito difícil.”

tro momento razoável de relacionamento foi em 1999, Garotinho com Fernando Henrique e Mallan na renegociação do pagamento da dívida do estado, em que o Garotinho foi muito competente. O governador Garotinho foi muito competente nesta renegociação. O governo Fernando Henrique foi muito razoável na interpretação desta dívida.

De lá para cá, mais nada. Mas isto é muito pouco. Esta análise que o **CIDE** por seu intermédio faz, é uma análise assustadora. Um Estado que dá para a União tantos recursos e recebe tão poucos..., e não é um Estado de poucos habitantes, são quase 15 milhões. Um Estado com uma configuração físico-demográfica complexa, porque a população reside em menos de 20% do território. Hoje, é grave o desafio das Metrôpoles. O Rio está cada vez mais se tornando uma Megalópole. Nós temos o desafio de canalizar investimentos para o interior, de levar infra-estrutura urbana para a Baixada e sem contar com apoio do governo Federal. Por mais que o governo estadual tenha feito esforços nestes últimos anos, período Garotinho, Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho houve muito investimento no interior. Se houvesse uma parceria com o Governo Federal isto poderia ter ocorrido num processo mais acelerado. O Governo Federal tem sido padrasto com o Rio de Janeiro e Brasília sua madrasta. Este governo, especificamente, é um governo onde a concentração de paulistas na gestão, no núcleo do governo é muito grande. O Presidente faz política em São Paulo, o Chefe da Casa Civil faz política em São Paulo, o Ministro da Fazenda faz política em São Paulo, o líder do Governo faz política em São Paulo. Todos fazem política em São Paulo.

Ranulfo - Existe uma análise feita por economistas, segundo a qual um dos motivos da chamada crise das Regiões Metropolitanas (e o Estado do Rio de Janeiro possui uma região metropolitana importante) está associado aos 20 anos que a economia brasileira permaneceu

praticamente estagnada. Como o Senador interpreta esta questão?

Senador Sérgio Cabral - Se não houver uma política econômica, macroeconômica, que aponte na direção do desenvolvimento, se for mantida esta política conservadora, uma política pouco ousada, onde o Brasil pratica juros que são os maiores do mundo, na minha opinião, o empresário brasileiro e o povo brasileiro, tanto o empresário quanto o setor trabalhador, são verdadeiros heróis porque abrir emprego, gerar prosperidade em um ambiente como este, é muito difícil. Com exceção da Vale ou da EMBRAER, que têm competitividade internacional, os grandes *players* estão nas mãos do setor financeiro. Então, eu acho que esta política econômica certamente ajudou em muito, colaborou em muito para esta concentração urbana empobrecida, quase que miserável. No caso do Estado do Rio de Janeiro a situação é mais assustadora, pelas razões que eu acabei de citar: 80% de pessoas morando em menos de 20% do território, isto é mais que uma megalópole, isto caracteriza uma conflagração urbana gravíssima. Ou nós apontamos um caminho, enfrentando esta política macroeconômica cruel e conservadora, ou a tendência será aumentar a violência e a pobreza nas grandes cidades. Por isso mesmo, devemos drenar recursos para a Baixada e o interior do estado. Veja como o setor de petróleo gerou empregos e riqueza em Macaé, Rio das Ostras, enfim, naquela região. Observe a revitalização que o Governo Garotinho empreendeu na indústria naval e o seu impacto em Angra dos Reis. A indústria automobilística em Resende e Porto Real, a indústria de

bebidas em Cachoeiras de Macacu. Sem esquecer a política agrícola, sobretudo no norte e noroeste, onde devemos estimular a multiplicação de programas como o FRUTIFICAR. Isto dá um incremento, substância econômica ao interior do estado.

Ranulfo - No início dos anos 70, existia a FUNDREM que era uma espécie de agência centralizadora das políticas públicas para a região metropolitana, mas ela foi extinta. Eu sinto que o Senador tem uma preocupação especial com a questão da articulação metropolitana.

“Então, hoje eu posso assegurar que uma política para os próximos 10 anos tem que ser de continuidade à que está sendo realizada hoje no Estado do Rio de Janeiro.”

Senador Sérgio Cabral – Eu vejo esta questão como essencial. Mas nós temos que ter no estado um ou mais gestores de consórcios intermunicipais. A questão da saúde por exemplo, não diz respeito somente às cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São Gonçalo, Niterói, nem só a Nilópolis e Nova Iguaçu. Diz respeito à região metropolitana como um todo. Você tem que criar uma gestão de Consórcios para racionalizar a alocação dos recursos existentes. Isto, em uma gestão tripartite em que o gestor tem que ser o Estado, pois ele fala para baixo, ele fala para cima. Então,

eu diria que os setores de saúde, saneamento e o setor de transporte, eu colocaria numa gerência estadual de infra-estrutura. Estas três questões, eu penso, deveriam ter gestões com concepção de consórcio. A Espanha tem experiência muito interessante nesta área. A Itália idem, em que a União, Estado e o Município se falam. Na Espanha você tem um conceito de monarquia parlamentarista em que a gestão se dá com muita autonomia das regiões. As regiões falam com as cidades. Há um administrador regional que fala com as cidades e fala com o Governo Central. Ou você pode pegar um sistema como o francês, que é um sistema republicano, quase unitário. É uma república em que a presença do governo se dá na verticalidade. Esta é a concepção correta. Não é uma FUNDREM, é uma outra concepção, até porque tem que haver gestões para cada área.

A política de privatização, a meu ver, no setor ferroviário foi correta. A empresa que comprou a FLUMITRENS, a SuperVia, comprou com 120mil passageiros/dia e já estamos com quase 500mil passageiros/dia. Em 1985, há 20 anos, nós tínhamos 1.200.000 passageiros/dia. Ainda hoje, o transporte por ônibus representa 80%, 85% do tráfego diário, o que é uma barbaridade. Então, nessa questão de transporte, só existe solução se as prefeituras, o Estado e a União estabelecerem um diálogo permanente em prol do bem-estar da população.

Ranulfo – No Rio, hoje, 60% do produto industrial é petróleo e 20% do seu PIB é petróleo. Qual é a preocupação do Senador com o período pós-petróleo para os municípios fluminenses?

Senador Sérgio Cabral - Primeiro, eu tenho uma preocupação com a questão da distribuição desta riqueza. Eu apresentei um projeto no Senado que está tramitando, em que não mexe na receita atual, evidentemente, mas que se houver acréscimo de produção, assim que a lei for sancionada, haverá uma redefinição da distribuição desse plus. De tal forma, que o estado passe a ganhar mais, não nos *royalties*, mas na participação especial e com isto haverá um aumento vital da participação dos municípios como um todo. O município do Rio de Janeiro será o maior beneficiado. Está se negociando isto hoje na reforma tributária. Os deputados têm usado o meu projeto como exemplo. A Governadora Rosinha já levou ao ministro Palocci esta demanda, porque seria uma forma de compensar o estado da perda com a não incidência do ICMS na produção.

Ranulfo - Não menos que dois bilhões de reais por ano.

Senador Sérgio Cabral - Quase um bilhão de dólares. Então, esse é um recurso que a gente tem que pensar em buscar. Enquanto não se decide esta questão da incidência do ICMS na produção, devemos pensar numa nova concepção de repasse dos *royalties* e da participação especial aos municípios. Sem retirar nenhum tostão dos que recebem hoje, com um percentual maior e significativo para os municípios produtores, mas encontrar uma nova fórmula que atenda aos demais municípios, de tal sorte que todo o estado saboreie, se beneficie desta riqueza. Este é um ponto. O outro é uma maior fiscalização nas aplicações de recursos. Por exemplo, Campos. Campos está uma barba-

ridade, há ausência da prefeitura em aplicação de recursos em políticas estratégicas que visem médio e longo prazos. Em Campos, gastou-se muito com shows, com maquiagem, nada estratégico. Amanhã acaba esta riqueza e o que ocorre? Nada. Então, essa preocupação é a preocupação em busca da inteligência para inserção no mundo globalizado. O processo de globalização tem como marco o fim do bloco soviético. No início dos anos 90, as pessoas, como lugar comum, diziam que ela ajudou a concentrar mais riqueza e poder. É

“A fusão, concordamos todos, foi imposta de cima para baixo. Foi, mas isto há 30 anos. Hoje, o interior precisa dos serviços do Rio e a capital precisa da Peugeot/Citröen, precisa da Schincariol, precisa do petróleo. Nós precisamos integrar cada vez mais.”

verdade. No entanto, nações como Coréia do Sul, que conseguiram enfrentar esta questão, enfrentaram investindo na inteligência. Devemos investir em inteligência. Investir em valor agregado é fazer com que estas regiões, sobretudo as regiões beneficiadas com as receitas do petróleo, neste momento, possam, com estes recursos, aplicar em inteligência. Em investimento produtivo, se diferenciando pela tecnologia, pela inovação, se capacitando para um novo momento quando as receitas do petróleo terminarem.

Ranulfo - O PNUD e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro estão desenvolvendo uma discussão sobre as METAS do MILÊNIO. Pesquisas recentes indicam que o Estado do Rio de Janeiro, de forma muito positiva, vem contribuindo para redução das desigualdades, assim como os estados de Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. Eu considero que uma das questões associada a isto é nós termos hoje quase 2 milhões de pessoas no aparato social criado pelo CINTURÃO pós-governo Garotinho. Eu queria que você comentasse um pouco esta questão. E qual a sua visão desse aparato social, se ele é importante. Que característica positiva você vê nele?

Senador Sérgio Cabral - Um político já aposentado, deputado muitos anos, diz uma coisa muito curiosa: para alguns segmentos soberbos da burguesia carioca, na década de 70, fisiologismo era pedir emprego para o *boy*, mas cartapendente no Banco Central não é fisiologismo. Verdadeiro cartório que funcionava na década de 70. O que acontece é que há soberba de certo segmento preconceituoso e conservadores que não conseguem enxergar o que foi feito no Estado do Rio de Janeiro. Foi uma preocupação em duas direções: uma, não existe dicotomia entre investir no cinturão social, numa rede de proteção para aqueles que necessitam imediatamente de atenção do Estado. Se não, morrem, se desnudem, se desagregam e ao mesmo tempo implementar uma política estratégica de geração de empregos, de atração de investimentos. É o que o governo Garotinho e a Governadora Rosinha têm feito. O garotinho teve a sabedoria de manter algumas polí-

ticas do governo do Marcelo Alencar no sentido de garantir e ratificar acordos acertados com empresas, como no caso da Schincariol e da Peugeot/Citröen. Eu era presidente da Assembléia quando a Schincariol foi atraída pelo Governo Marcelo e quando Garotinho ratificou e depois trouxe a CINTRA e outras tantas. O pólo químico foi perseguido com tenacidade e vai ser inaugurado agora, em Caxias, num local de população super carente. Então, vamos distribuir cheque-cidadão, vamos fazer o restaurante popular, vamos fazer a farmácia popular porque tem muito idoso que morre, por não ter dinheiro para comprar remédio para sobreviver. Vamos fazer o Restaurante Popular, porque tem muita gente com fome e como dizia Betinho: *quem tem fome tem pressa*, ou se mata a fome ou ela mata o cidadão. Então, a construção e manutenção desta rede social não se contrapõe a uma política de geração de emprego. Enfim, é um governo que montou, sem dúvida, uma relação social exemplar, como também procura enfrentar os problemas na área da Educação, especialmente o Ensino Médio que apresenta problemas, que não se pode negar, graves. Em todo o Brasil e aqui não é diferente. Este é um grande desafio. Mas a solução estrutural é uma questão que tem que ser iniciada pelo governo federal. O governo de Fernando Henrique - Paulo Renato foi um grande Ministro da Educação - investiu no Ensino Fundamental. O governo Lula assumiu com o compromisso de fazer o FUNDEB, de realizar grandes investimentos na área do Ensino Médio, que tem ligação direta com a problemática da violência urbana. O governo Garotinho não cruzou os braços e investiu no ensino profissionalizante. Hoje, uma pessoa até para

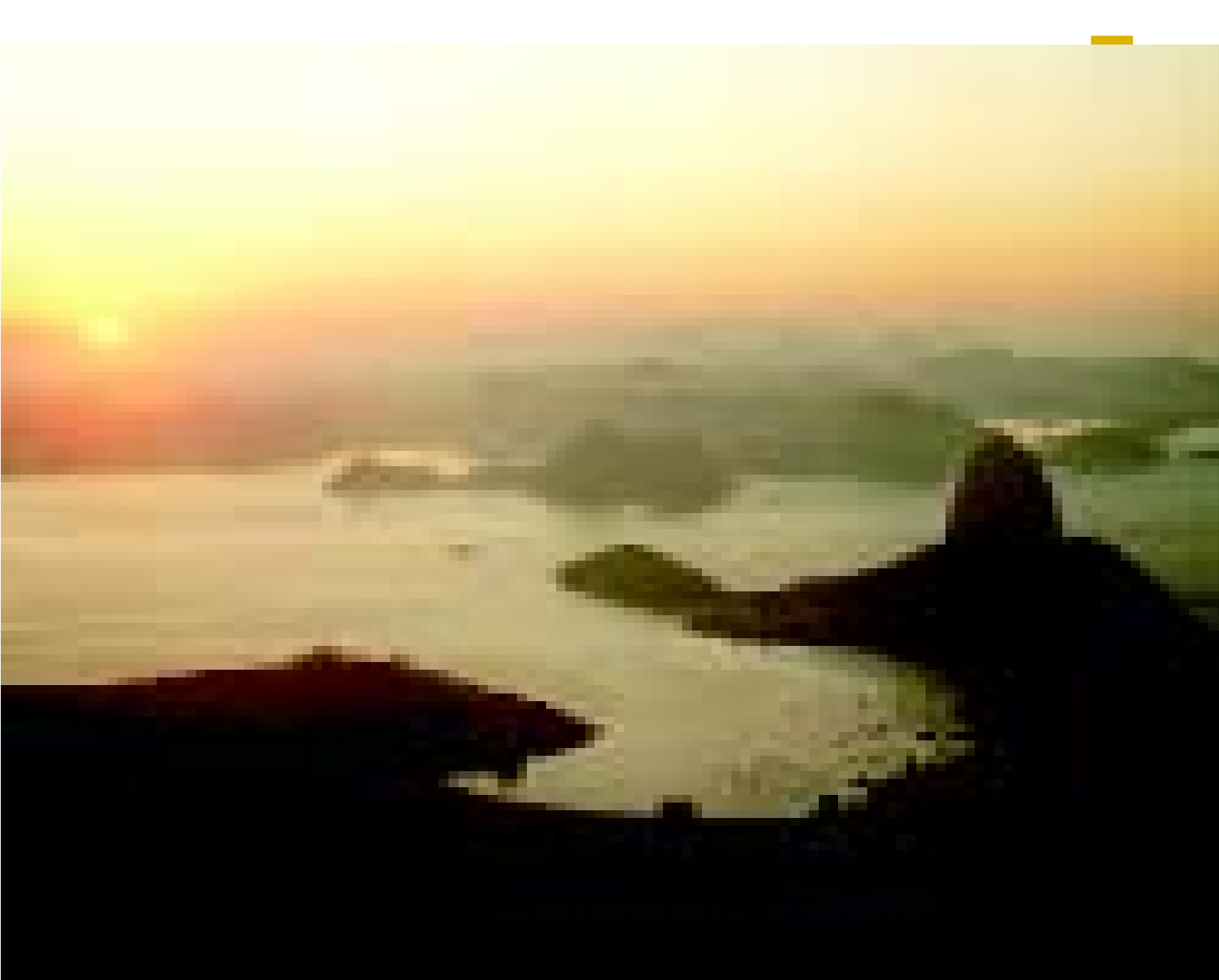
conseguir emprego como caixa de supermercado necessita possuir noções básicas de informática.

Ranulfo – Essa questão vem de encontro a um segmento importante do nosso estado que é a juventude. São dois milhões e 600 mil jovens, o que corresponde a 18% da PEA. Que desenho o Senador imagina para o estado na próxima década?

Senador Sérgio Cabral – Olha, eu como fui presidente da Assembléia Legislativa durante oito anos pude ter uma visão bastante profunda, com muita capilaridade de todo o estado, que a candidatura ao Senado ajudou a consolidar. Só com os votos da Capital eu seria eleito Senador da República, mas igualmente só com os votos do interior eu também seria eleito Senador da República. Então, hoje eu posso assegurar que uma política para os próximos 10 anos tem que ser de continuidade a que está sendo realizada hoje no Estado do Rio de Janeiro. A marca da gestão Garotinho é a marca da integração. Não deixou de cuidar da cidade do Rio, nem da região metropolitana e ao mesmo tempo atendeu o interior. Hoje, talvez o morador do Leblon ou da Gávea não tenha noção do que eu vou dizer; é revolucionária a iniciativa de se criar a Universidade Estadual da Zona Oeste. As pessoas não sabem que muitas das crianças que estão jogando bolinha no sinal luminoso da Zona Sul, moram em Campo Grande, Santa Cruz, Santíssimo, Realengo. O outro programa que vale tanto para o interior como para o grande Rio e que também considero revolucionário, único no Brasil, é o Programa de Assistência ao Desenvolvimento dos

Municípios – PADEM. É algo revolucionário. Trata os municípios com distinção, com respeito, ouve suas necessidades, repassa recursos, confia na municipalidade do ponto de vista ético, gerencial e do ponto de vista político. São Programas que não podem ser interrompidos nos próximos anos. Ao contrário, têm que ser estimulados.

Por outro lado, algo igualmente revolucionário aconteceu, na época em que eu era presidente da Assembléia. Hoje a gente sempre fala no Executivo e no Legislativo e esquecemos que a política social e políticas públicas também se reproduzem na Justiça. A Justiça do Estado do Rio de Janeiro hoje é a mais independente do Brasil. Isto se deu por conta da criação de um Fundo Especial, aprovado na minha gestão como Presidente e que dá hoje à Justiça estadual o *status* de a mais eficiente do país. As pessoas estão vendo os novos pólos sendo construídos nas cidades. Os cidadãos são atendidos com mais dignidade. A informatização sendo implantada em todo o estado. Eu quero dizer que isto não veio do nada. Esta foi uma ação política deliberada, articulada entre o Governador Garotinho e o Presidente da Assembléia Legislativa aprovando uma lei de caráter revolucionário. Eu, como presidente da Assembléia, anteriormente a esta lei, via os presidentes dos tribunais de pires na mão pedindo recursos. Existia uma moeda de troca, um poder de barganha. Hoje, a relação é de respeito recíproco entre a Governadora e o Presidente do Tribunal. Isto foi revolucionário e quem lucrava com isto foi o povo. Isto ajudou na interiorização, ajudou na própria vida econômica do interior e do grande Rio. Para ter uma idéia, eu conversava com um juiz carioca,



jovem e talentoso, e ele estava me dizendo o seguinte: um processo, uma ação para ser distribuída em SP demora até 4 anos. Aqui, demora horas ou 90 dias. A média de decisão judicial é de 90 dias. Em São Paulo, são 10 anos. Muitas empresas paulistas estão vindo para cá e elegeram o Rio como Foro de decisão por conta desta agilidade.

Ranulfo – O Rio tem um PIB *per capita* 70% maior que a média nacional e os pólos dinâmicos encontram-se hoje no interior. Uma prova inusitada do crescimento econômico do Estado e desta força que o interior ganhou foi o papel que seus clubes desempenharam no Campeonato Carioca. Volta Redon-

da, Friburguense, Cabofriense....O Programa ingresso a um real colaborou muito para a recuperação do futebol fluminense.

Senador Sérgio Cabral – Não tem a menor dúvida, sem colocar um tostão em clube, comunicando-se com a população de uma maneira inteligente, gerando receita para o Estado e utilizando a força popular como fiscal de renda.

Ranulfo – Como você entende esta onda no Rio de des fusão de recursos?

Senador Sérgio Cabral – Eu acho que isto é a turma dos sem vo-

tos. Sem representatividade, querendo criar factóide. A fusão, concordamos todos, foi imposta de cima para baixo. Foi, mas isto há 30 anos. Hoje, o interior precisa dos serviços do Rio e a capital precisa da Peugeot/Citröen, precisa da Schincariol, precisa do petróleo. Nós precisamos integrar cada vez mais. Eu acho isto uma discussão desagregadora, completamente sem sentido. Eu não questiono mais a fusão, mas como eu sou um democrata defendo a consulta popular, sempre. A democracia brasileira carece deste instrumento. Gente que não tem voto, não quer discutir fusão ou des fusão, não quer fazer fusão ou des fusão, quer fazer confusão.

Foto
Arquivo TurisRio



Termo RIO
Caxias - RJ
SALA DE
CONTROLE

Foto
Antonio Pinheiro

A economia do Rio de Janeiro na década de 90

Por Robson Dias da Silva

E

ste artigo resulta de parte das discussões realizadas ao longo de minha dissertação de mestrado, defendida no último trimestre do ano passado no Instituto de Economia da Unicamp, intitulada *Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000)* e orientada pelo professor Dr. Wilson Cano.

1 - Introdução

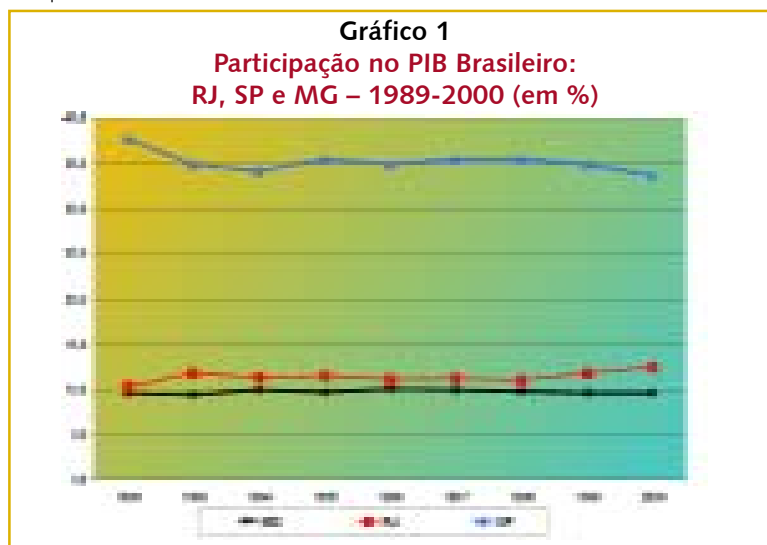
O comportamento da economia fluminense ao longo da década de 90 foi caracterizado por dois movimentos distintos: um referente à continuidade do ambiente crítico vivido nos anos 80; outro, à suposta inflexão positiva em sua trajetória de esvaziamento econômico. Embora não seja fácil periodizar precisamente movimentos tão recentes, podemos apontar que a primeira metade dos anos 90 é representativa, ainda, da dinâmica estadual observada na década anterior, embora estivesse em curso parte das transformações que culminariam na alteração da trajetória de 'esvaziamento relativo' regional no pós-1995.

Nos anos 80, o Estado do Rio de Janeiro não foi capaz de alterar sua trajetória de perdas de participação na produção nacional, o que muito se explica pelo ambiente crítico e de desajuste vivido pela economia nacional naquele tempo.¹ E mais: o esvaziamento, que até então era relativo, ganhou contornos de crise 'verdadeira', que transpôs, inclusive, os limites referentes à economia, atingindo várias esferas da vida societária regional. Pode-se dizer que a crise estadual então iniciada se prolongou até parte dos anos 90. Para Natal (2004:02), esta crise foi *longeva, complexa e profunda*. Nas palavras do autor, o período foi marcado, para o Rio de Janeiro, pela "decadência e falta de competitividade industrial, redução do gasto público federal no Estado e agravamento da questão social e dos conflitos de natureza federativa."²

A baixa dinâmica da economia estadual foi responsável por (res)suscitar, em fins dos anos 80, a preocupação referente à perda de posição do Rio de Janeiro (de segunda economia regional do país) para Minas Gerais. Anote-se que, em 1989, a participação mineira (9,6%) estava muito próxima

à fluminense (10,3%), dando margens a essas idéias.³ (Gráfico 1) No entanto, este quadro não se confirmou e a região manteve seu posto de segunda maior economia do país. Preciso salientar que, não obstante aumentar sua importância relativa no produto brasileiro para 9,7% (2000), Minas Gerais não conseguiu superar o Rio de Janeiro, que obteve médias de crescimen-

A partir de meados dos anos 90, os sinais de recuperação econômica tornaram-se mais evidentes, indicando estar em curso uma inflexão positiva na trajetória de esvaziamento da economia regional. Esta sinalização conseguiu, em alguma medida, reverter parte das expectativas acerca do futuro econômico da região, consolidando na sociedade local um



Fonte: IBGE, Contas Nacionais

to mais acentuadas ao longo da década, cabendo assinalar que a participação estadual saltou para 12,5%. Sobre a economia paulista, destaca-se que perdeu participação no total nacional (37% para 33,7%, entre 1990 e 2000), embora esta perda relativa não signifique o fim de sua hegemonia produtiva.

¹ Devemos advertir novamente que, até fins da década de 70, a economia fluminense sofreu um processo de perdas de participação nacional que em nada significaram crise ou seu 'encolhimento' real.

² O autor salienta, ademais, que a crise dos anos 80 fez parte de um movimento econômico de maior dimensão, e, sendo assim, deve ser entendida *para além da temporalidade apontada e mesmo transcendendo os limites geográficos do estado em exame*. Afirma que o "Rio de todas as crises" precisa ser analisado à luz das manifestações referentes à natureza do capitalismo brasileiro, ou seja, o entendimento do chamado esvaziamento relativo passa, obrigatoriamente, pela "compreensão da trajetória estadual na formação histórica do

amálgama de sensação e certeza de que *o pior já havia passado*, ou seja, o cenário vivido nos anos 80 estava paulatinamente sendo superado.⁴ Natal (*op.cit.*) afirma que, a partir desse período, a economia fluminense passou a apresentar um movimento que representou a ruptura do padrão iniciado no decênio anterior, correspondendo ao desenvolvimento do país, especialmente do último quartel do século XIX em diante."

³ Outros indicadores apontavam para a 'superação mineira', com especial destaque para a participação regional na indústria de transformação nacional. Em 1992, a participação mineira (8,56%) já era superior à fluminense (7,96%).

⁴ Inclusive no editorial Carta do IBRE, de setembro de 1995 (Conjuntura Econômica, FGV), o assunto em pauta é a provável superação da crise estadual. Em texto em destaque, os autores afirmam que "após um período de perplexidade com a magnitude dos problemas do RJ, a economia do Estado apresenta inequívocos sinais de recuperação." (*op. cit.*: 03)

dendo, em algum grau, a uma certa inflexão positiva, o que não significava a gênese de nenhuma fase de crescimento espetacular do produto estadual.⁵

É possível dimensionar melhor esta inflexão observando as taxas de expansão da renda regional em seus diversos setores. Entre 1993 e 2000, a expansão acumulada do PIB fluminense foi da ordem de 31%, enquanto na economia nacional essa taxa girou em torno dos 23%. Se considerarmos apenas a segunda metade da década, a expansão da renda fluminense atingiu os 21,4%, ao passo que a nacional, 11,7%.

Antes de prosseguir, cabe chamar a atenção para alguns indicadores da dinâmica demográfica regional durante o período em questão. Em 2000, a população fluminense era de aproximadamente 14,4 milhões (dos quais 52,1% mulheres) de habitantes, cerca de 1,2 milhão a mais que o contingente registrado em 1991. O crescimento geométrico estadual foi de 1,3% a.a., inferior à média do país (1,6%), destacando-se, internamente, as taxas obtidas pelas regiões das Baixadas Litorâneas (4,13% a.a.) e Baía da Ilha Grande (3,47% a.a.).⁶ (Tabela 1)

Destaca-se que 2,6 milhões de pessoas que residiam no Rio de Janeiro (em 2000) eram naturais de outras regiões, com especial destaque para a Região Nordeste (1,3 milhão). O Estado concentrava o terceiro maior contingente populacional do país, sendo superado somente por São Paulo e Minas Gerais. Sua participação na população brasileira, por sua vez, reduziu-se de 8,7% para 8,4%, enquanto sua taxa de urbanização (a maior do país) atingiu a marca dos 95,8%, tendo como extremos os percentuais referentes à RMRJ (99,3%) e ao Noroeste Fluminense (79,2%).

Tabela 1
Taxa de crescimento anual, de urbanização e densidade:
RJ - 1991-2000

Regiões	Crescimento (%)	Urbanização	Densidade
Estado	1,30	96,0	328,1
Metropolitana	1,17	99,3	1.913,5
Noroeste Fluminense	0,96	79,2	55,3
Norte Fluminense	1,49	85,1	71,5
Serrana	1,01	83,2	108,0
Baixadas Litorâneas	4,13	85,9	110,7
Médio Paraíba	1,38	93,0	126,6
Centro-Sul Fluminense	1,19	83,1	83,7
Baía da Ilha Grande	3,47	86,3	84,9

Fonte: IBGE, 2000

A partir da década de 80, o crescimento demográfico do Rio passou a ser percentualmente inferior ao brasileiro, rompendo seu histórico de expansão acima da média nacional. Não obstante isto, o decepcionante resultado da expansão de seu PIB fez com que o Estado sofresse redução relativa de sua renda *per capita* frente à nacional.

Nos anos 90, a taxa de expansão demográfica evitou, em primeiro instante, uma redução relativa mais acentuada da renda por habitante estadual. Num segundo, quando houve a recuperação do produto interno, contribuiu para aumentar o *gap* entre o PIB *per capita*

regional e o nacional.⁷ (Tabela 2) Em 1990, o PIB *per capita* fluminense era 23,6% maior que a média nacional. Durante a década, este percentual sofreu significativa expansão, chegando aos 47,8%, em 2000. Em sentido oposto, a renda por habitante paulista se aproximou da nacional ao longo do decênio, tendo em vista que a distância relativa entre estas caiu de 72,4% para 54,3%. Destaca-se que houve forte convergência entre as rendas *per capita* fluminense e paulista: em 1990, esta última excedia a primeira em 39,5%, percentual que atingiu os 21,7%, em 1995, chegando aos 4,5%, em 2000.

⁵ Nas palavras do autor, "(...) se até meados dos anos noventa não havia elementos suficientes que permitissem sustentar a tese da positiva inflexão econômica (da economia fluminense), um pouco mais adiante há a manifestação de processos, fatos e números que embasam a sustentação da mencionada tese." (op.cit, parênteses meus)

⁶ Salienta-se que a população do recorte metropolitano cresceu 1,17% a.a., praticamente o mesmo percentual al-

cançado pelo Centro-Sul Fluminense (1,19% a.a.) que, como sabido, é uma das regiões mais dinâmicas em termos econômicos.

⁷ Em 1990, o produto *per capita* fluminense era de R\$ 7.165, valor superior ao nacional (R\$ 5.745) e aquém do paulista (R\$ 9.881). Dez anos depois, o produto fluminense alcançou os R\$ 9.572, enquanto o paulista e o brasileiro atingiram R\$ 9.995 e R\$ 6.473, respectivamente.

Tabela 2
Diferenças Relativas das Rendas por Habitantes Regionais:
anos 1990

Ano	RJ	SP	BR	SP/RJ
1990	123,6	172,4	100,0	139,5
1995	134,4	163,5	100,0	121,7
1996	130,6	160,7	100,0	123,0
1997	131,5	163,2	100,0	124,2
1998	129,3	162,9	100,0	126,0
1999	138,3	160,4	100,0	115,9
2000	147,8	154,3	100,0	104,5

Fonte: IBGE (Contas Nacionais).

Em 2000, o produto interno bruto fluminense girava em torno de R\$ 162 bilhões (preços correntes). Entre 1990 e 2000, o produto estadual cresceu 23,2%, destacando-se as variações

anuais registradas em 1995, 1996 e 2000. (Tabela 3) Atenta-se que, similarmente ao conjunto nacional, a economia estadual passou por forte retração nos anos iniciais da década.

Acentuada metropolização da economia fluminense e, especialmente, sua concentração na capital estadual, são marcas indelévels da estrutura social-urbana regional, valendo lembrar que essa característica tem suas raízes na separação, institucionalizada em 1834, entre a cidade do Rio e o interior fluminense e na condição de capital (colonial, imperial e da república) exercida pelo território carioca durante quase dois séculos. A tabela 4 nos oferece uma dimensão mais precisa da participação da RMRJ e do Município do Rio na geração de trabalho, renda e tributos da economia local, destacando-se que a concentração econômica regional ocorre em duas escalas distintas, quais sejam: RMRJ, frente ao território estadual, e cidade do Rio de Janeiro, no recorte metropolitano.

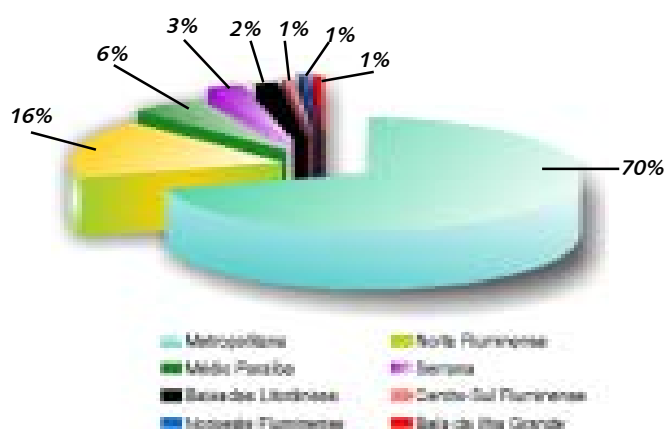
Tabela 3
Evolução Nominal e Real do PIB Fluminense: 1990-2000

Ano	PIB em valores absolutos		Produto Real	
	R\$ correntes	R\$ de 1998	Índice	A a.a. (%)
1990	1 728 002,71	107 273 506 652,74	100	(-) 0,94
1997	113 137 283 179,45	119 072 898 691,82	111,00	1,71
1998	122 384 564 176,95	122 384 564 176,95	114,09	2,78
1999	140 496 766 082,47	140 496 766 082,47	117,73	3,2
2000	162 600 371 197,68	147 113 712 524,00	123,27	4,71

Fonte: IBGE (Contas Nacionais)

Uma das mais conhecidas marcas da economia fluminense é seu alto grau de metropolização, ou seja, a grande concentração de sua produção/renda na região metropolitana estadual. Aproximadamente 71% do PIB estadual eram gerados neste recorte espacial, em 2000, cabendo à capital estadual 54% do total estadual. O Norte Fluminense ocupava a segunda posição no que se refere à geração do PIB estadual (16,8%), ao passo que as Regiões do Médio Paraíba e Serrana, umas das mais industrializadas do Estado, respondiam por 5,8% e 3,0%, respectivamente. (Gráfico 2)

Gráfico 2
Distribuição do PIB Fluminense pelas Regiões Estaduais:
2000 (em %)



Fonte: CIDE, 2004.

Tabela 4
Participações da RMRJ e da Capital na Economia Fluminense
(em %)

Região	RMRJ/Estado (%)	M-S/RMRJ (%)
Estabelecimentos		
Indústria (1995)	78,24	67,78
Comércio (1995)	75,19	61,11
Serviços (1995)	79,46	64,35
Empregos		
Indústria (1995)	80,91	75,00
Comércio (1995)	84,39	71,82
Serviços (1995)	88,96	84,40
Finanças Públicas		
IPI (1991)	92,50	91,01
IR (1991)	93,95	95,19
ICMS (1996)	89,37	72,80
ISS (1995)	89,65	90,86
IPVA (1996)	80,84	81,27

Fonte: Plano Plurianual 1996-99 Apud Natal, J., Esteves, C. e Ruas, E. (1998)

Voltemos à análise da suposta 'inflexão positiva' da economia fluminense. Os percentuais de participação do Estado no PIB nacional não deixam quaisquer dúvidas acerca da existência de um novo sentido em sua trajetória. Assim, essa 'inflexão positiva' deixa de ser 'suposta' e passa a ser 'real', muito embora não possamos fazer qualquer prognóstico derradeiro acerca de sua durabilidade e/ou sustentabilidade. Esta certeza não nos liberta de pensar os limites e possibilidades desse movimento, classificando e qualificando suas extensões e natureza, tendo em vista que ele não se apresenta setorialmente uniforme, ou, em outras palavras, não atinge em sentido e capacidade expansiva os diversos setores da economia estadual.

O ganho de importância relativa que o Rio de Janeiro vem adquirindo nos últimos anos é resultante não de uma expansão generalizada por diversos setores de sua economia, porém sim de alguns setores-chave,

com destaque para a dinâmica sofrida pela indústria regional. No entanto, essa expansão industrial deve ser avaliada, pois, como veremos em detalhes, o crescimento dos indicadores de produção da indústria regional decorrem mais da atividade extrativa mineral, mais objetivamente da extração petrolífera. Vejamos o comportamento de cada setor da economia estadual separadamente.

No que se refere à indústria regional, a expansão acumulada na segunda metade da década foi de 69,4% - bem acima da brasileira (19,0%) -, e sua participação (no PIB industrial brasileiro) saltou de 10,2% para 14,5%. Devemos apontar que a participação do setor secundário na renda interna fluminense saltou de 46,7% para 48,3%, na década. Por outro lado, a participação setorial PO (População Ocupada) estadual declinou de 24,2% para 20,1%, entre 1991 e 2000 (em valores absolutos, a redução no contingente de ocupados foi de aproximadamente 92 mil trabalhadores).

Em relação às atividades terciárias, o crescimento observado no período foi bem modesto (cerca de 2%), inferior à média nacional (6%). A participação fluminense no produto terciário do país caiu de 13,8% para 13,0%, e sua participação na renda estadual declinou de 52,4% para 50,8%. A variação no número de pessoas ocupadas no setor, entre 1991 e 2000, foi de 595 mil, aumentando, assim, a participação das atividades terciárias na PO estadual, de 71,9% para 75,3%.

A importância fluminense no comércio exterior do país manteve-se reduzida durante os anos 1990, especialmente quando contrastada com a economia paulista. Isto evidencia que pouca coisa mudou em relação à estrutura produtiva regional, no que se refere à sua (baixa) abertura para o exterior.⁸ Os principais produtos da pauta de exportação fluminense continuaram sendo petróleo e gás natural, laminados de aço, óleos combustíveis e produtos metalúrgicos não-ferrosos.

Assinala-se que participação da Petrobras nas exportações estaduais é extremamente significativa, levando-se em conta que ela respondia, em 2001, por 48% do valor total comercializado.⁹ Em seguida, destaca-se a CSN, que representa pouco mais de 8,5% do montante exportado pelo Estado. Vale salientar, ademais, que as dez maiores empresas exportadoras respondem por 71,3% das exportações estaduais, sendo que mais de 65% são de companhias produtoras de bens intermediários.

⁸ Uma mudança importante foi o aumento de importância de automotores nas exportações estaduais, fruto da instalação de fábricas de caminhões e automóveis na região do Vale do Paraíba.
⁹ A este percentual, podemos, ainda, adicionar os referentes à Petrobras Distribuidora (1,9%) e à Petroflex (1,3%).

Em 1993, as exportações fluminenses representavam 5,5% das exportações nacionais, percentual que, após muito oscilar durante a década, atinge os 6,1%, em 2002. A título de exemplificação, destacamos que as exportações de São Paulo correspondiam, em média, a 34% das exportações nacionais, no período. No que se refere às importações, a participação relativa do Rio de Janeiro foi mais expressiva, muito embora tenha se reduzido durante a década. Entre 1993 e 2002, sua participação nas importações nacionais declinou de 13,9% para 11,4%. Sua pauta de importação é composta, notadamente, por produtos das indústrias extrativas, química, mecânica, material de transportes, elétrico e de comunicações.

Por fim, os coeficientes de comércio interestadual fluminense sofreram significativo acréscimo entre 1985 e 1998. O percentual referente à participação das exportações no PIB estadual subiu de 28% para 32,8%, neste intervalo, ao passo que o das importações saltou de 20,9% para 42%. Vale destacar, a título de comparabilidade, que a média nacional aumentou de 33,1% para 41,1% e a de São Paulo, de 29,5% para 40,6% (exportações sobre o PIB) e de 23,2% para 31,6% (importações sobre o PIB).

2 - Indústria Fluminense nos anos 90: Trajetória de Sentidos Antagônicos

Compreender a retomada do crescimento econômico fluminense, a partir da segunda metade dos anos 90, implica, obrigatoriamente, analisar a dinâmica da indústria regional, pois a inflexão positiva sublinhada linhas atrás esteve diretamente asso-

ciada às taxas de expansão alcançadas por este setor.

Embora os indicadores industriais apresentem, de modo indubitável, que o Rio de Janeiro vem passando por considerável expansão industrial, devemos analisar cuidadosamente esses resultados, destacando os pesos referentes à indústria de transformação e à extrativa mineral.

Assim, veremos que a recuperação da indústria estadual foi fortemente induzida pela expansão da atividade petrolífera, não obstante alguns importantes investimentos realizados na indústria de transformação fluminense ao longo dos anos 90, notadamente no interior regional. Quando 'abrimos' a estrutura da indústria regional e observamos as taxas de expansão de seus diversos gêneros, nos damos conta dos severos percalços pelos quais passou. Assim, chamamos atenção para a trajetória de sentidos antagônicos tomada pela

participação da extração de petróleo no PIB da indústria fluminense saltou de 17,0% para 52,4%, enquanto a importância relativa da indústria de transformação caiu de 82,4% para 47,3%. As taxas de crescimento industrial (anual) mostram que, após 1995, poucos foram os momentos nos quais a indústria fluminense foi superada pela nacional. (Gráfico 3) Acumuladamente, a renda industrial fluminense cresceu cerca de 70%, enquanto a média nacional foi de 20%, entre 1995 e 2000. (IPEADATA: 2004)

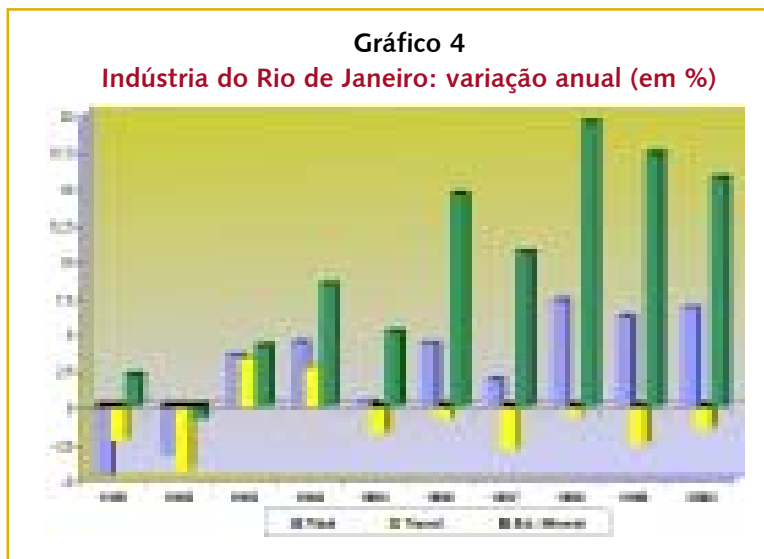
Quando observamos a expansão conforme o tipo de indústria (transformação ou extrativa), o quadro esboçado no gráfico anterior é totalmente modificado, pois este desempenho precisa ser creditado, exclusivamente, à indústria extrativa, mais rigorosamente à extração petrolífera, que foi responsável pelo aumento dos índices de



Fonte: IBGE

atividade industrial do Estado do Rio de Janeiro. Se, por um lado, a extra-tiva apresentou fantástica expansão e se tornou um dos sustentáculos da renda estadual, por outro, a de transformação não superou sua trajetória de perdas de participação no conjunto nacional, apresentando redução em sua produção. Entre 1996 e 2001, a

crescimento da indústria estadual como um todo. Vale anotar que, de 1996 em diante, o crescimento da indústria extrativa foi superior a dois dígitos, alcançando, por exemplo, 19,4% em 1998. Inversa foi a trajetória da de transformação, que, salvo em 1993 e 1994, apresentou taxas negativas. (Gráfico 4)



Fonte: IBGE – Deptº de Indústria

Diferentemente de sua indústria extrativa, a indústria de transformação do Rio de Janeiro apresentou fraco desempenho ao longo da década de 90, chamando atenção o fato de que todos os seus setores tiveram, em algum momento, taxas de crescimento real negativas. Alguns apresentaram reduções muito significativas, com especial destaque para o de Material de Transportes (notadamente construção naval), que, em 1996, alcançou 44,8% negativos.¹⁰ O melhor desempenho foi obtido pelo setor de Bebidas que, apesar de passar por dificuldades no biênio 1998-99, conseguiu alcançar médias de expansão expressivas nos demais anos da série.

Destaca-se que, não obstante atrair novos investimentos em setores de ponta da cadeia industrial (Volkswagen, Peugeot etc.), a estrutura da indústria de transformação fluminense continuou concentrada na produção dos chamados

bens intermediários e ainda voltada a seu mercado interno.¹¹ Os índices de produção física confirmam os percalços sofridos pela indústria de transformação regional no período. Embora o índice acumulado (1991-2002) de produção física da indústria fluminense (28%) tenha sido superior à média da indústria brasileira (21%), devemos considerá-lo à luz da expressiva dinâmica expansiva da indústria petrolífera estadual.

Enquanto a indústria extrativa mineral brasileira apresentou expansão de sua produção física da ordem de 79%, em território fluminense a expansão foi de 145%. Este desempenho responde pelos níveis alcançados pela indústria geral, tendo em vista que a de transformação estadual apresentou retração em sua produção, próxima aos 11% no período. Em sentido oposto, a indústria de transformação brasileira apresentou crescimento de 17%.

Somente um setor da indústria de transformação fluminense ficou acima da média nacional, a saber, 'Bebidas', que cresceu 65,3% contra os 34,4% referentes ao país. Devemos assinalar que, entre os 14 setores analisados pela PIM-pf IBGE, apenas dois não apresentaram reduções em seus índices (excetuando-se Bebidas): Minerais não-metálicos e Metalurgia.

Assim, a participação do Estado do Rio de Janeiro no valor da produção da indústria de transformação brasileira reduziu-se de 8,2% para 6,5%, entre 1990 e 2000, cabendo destacar, a título de comparabilidade, que a participação estadual no valor da produção da indústria extrativa do país aumentou de 48,4% para 72,3%, neste intervalo.

¹⁰ Outro exemplo é o da indústria têxtil (símbolo do pioneirismo industrial fluminense), que apresentou por três anos consecutivos (1995, 96, 97) reduções acima dos 20%. Vale lembrar que este é um setor que passou por grandes dificuldades durante a década, em nível nacional, haja vista a forte concorrência que passou com a abertura do mercado nacional e a sobrevalorização cambial adotada até 1999.

¹¹ O Estado foi um dos principais alvos do programa de desestatização do governo federal. Na década, várias de suas principais empresas estatais foram transferidas para a iniciativa privada, entre as quais a Petroflex (1992), Companhia Nacional de Alcalis (1992), Companhia Siderúrgica Nacional (1993), Light (1996), Companhia Vale do Rio Doce (1997) e as empresas componentes do sistema Telebrás (1998). Destacamos, ademais, que muitas empresas públicas estaduais foram privatizadas (no âmbito do programa estadual de privatizações), com destaque para CERJ, CEG, BANERJ e CONERJ.

Tabela 5
Evolução da Produção Física Industrial Regional:
2000 (1990=100)

Setores	Rio de Janeiro	Brasil
Ind. Geral	128,0	121,0
Ext. Mineral	245,3	178,9
Ind. Transformação	88,7	117,2
Minerais não-metálicos	102,3	117,0
Metalúrgica	114,8	120,4
Mecânica	nd	108,0
Material elétrico	84,5	116,8
Material de transportes	36,3	148,5
Papel e papelão	77,0	132,7
Borracha	nd	126,5
Química	98,6	119,5
Farmacêutica	46,8	115,9
Perfumaria	74,4	147,7
Matérias plásticas	77,3	111,8
Têxtil	58,8	84,8
Vestuário	66,9	71,7
Produtos alimentares	85,0	123,9
Bebidas	165,3	134,4
Fumo	nd	97,0

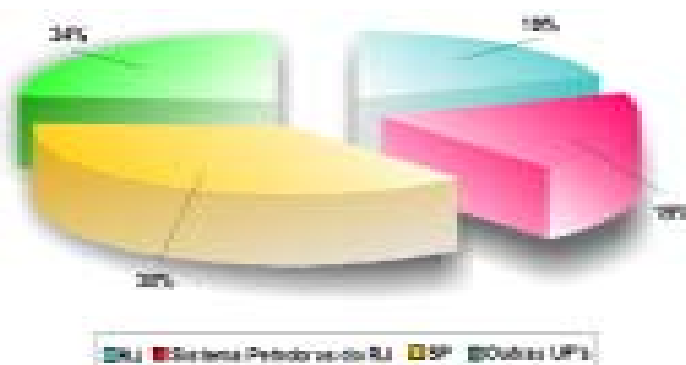
Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-pf)

Tabela 6
Participação no grupo "100 maiores empresas do Brasil em 2003"

Região	Nº Empresas	Receita	% Receitas
Rio de Janeiro	19	202,6	38,8
São Paulo	47	194,0	37,1
Outras UF's	34	126,2	24,1
Total	100	522,8	100,0

Fonte: Revista Valor 1000 (2004)

Gráfico 5
Participação na Receita Total das 100 maiores empresas:
RJ, SP, UF's e Sistema Petrobrás



Fonte: Valor 1000 (2004)

Antes de encerrarmos, gostaríamos de tecer algumas considerações que reforçam a crescente importância do setor extrativo mineral para a economia fluminense, especialmente falando das empresas do sistema Petrobras. Chamamos atenção para os dados expressos na tabela 6, referentes ao grupo composto pelas 100 maiores empresas em atividade no Brasil, no ano de 2003.

São Paulo lidera o ranking, quando a variável em pauta é o número de estabelecimentos sediados, tendo em vista que concentra quase a metade (47) do universo em análise. O Rio de Janeiro é o segundo estado mais bem colocado, sediando 19 empresas; os outros estados, em conjunto, respondem pelos 34 restantes. Cabe salientar que, se estendêssemos a análise para as 1000 maiores empresas, a participação fluminense cairia para 10,2%.

Quando destacamos a participação na receita total dessas empresas, a economia fluminense lidera o ranking, participando com 38,8% do total. Logo após, encontra-se São Paulo (37,1%), sendo seguido mais de longe pelos demais estados (24,1%). Ou seja, não obstante ter participação menor no que tange ao número de estabelecimentos, o Rio de Janeiro supera São Paulo no que se refere à receita total, mostrando que suas empresas são mais intensivas em capital.

No entanto, a participação fluminense na receita total do grupo deve ser mais bem analisada em razão do alto peso que o sistema Petrobras possui nestes percentuais. Observando o gráfico 5, notamos que metade da participação fluminense (19%) deve-se às empresas do sistema Petrobras (Petrobras e Petrobras Distribuidora), ou seja, a participação referente às demais empresas sediadas no Rio de Janeiro fica bem mais distante da participação paulista e pouco aquém do percentual dos demais estados em conjunto.

3 - O Papel do Petróleo na Recuperação Econômica Fluminense

Desde o início de sua produção (1977), a região de Campos se consolidou como a mais importante pro-

víncia petrolífera do país, respondendo, na atualidade, por 81% da produção de petróleo e 42,5% da de gás natural realizada em território brasileiro.¹² Cabe destacar a forte expansão da produção petrolífera na década de

90, sendo que, em pouco mais de meia década (1995-2001), a produção fluminense mais que dobrou, atingindo 60.489 10³ m³ (petróleo) e 6.000 10⁶ m³ (gás natural) em 2001.¹³ (Tabela 7)

Tabela 7
Evolução da Produção de Petróleo e Gás Natural
Brasil e RJ - 1990-2001

Ano	Produção de Petróleo (10 ³ m ³)			Produção de Gás Natural (10 ⁶ m ³)		
	Brasil	ERJ	ERJ/BR	Brasil	ERJ	ERJ/BR
1990	36590	23171	63,3	6279	2584	41,2
1993	37329	24338	65,2	7355	2842	38,6
1996	45.606	31.294	68,6	9.214	3.577	38,8
1999	63.921	49.110	76,8	11.898	5.528	46,5
2000	71.844	57.037	79,4	13.328	5.721	42,9
2001	75.219	60.489	80,4	14.045	5.968	42,5

Fonte: ANP (2004) www.anp.gov.br e NUSEG (1998)

A importância da atividade petrolífera para a economia fluminense ultrapassa o caráter especificamente produtivo, ou seja, não se circunscreve apenas aos ganhos materiais obtidos diretamente da atividade extrativa, atingindo a renda estadual através do emprego, das demandas derivadas, do transporte, impostos e outros. Na atualidade, a importância da atividade atinge de modo direto e muito especial as finanças públicas, tendo em vista a determinação legal do repasse de com-

pensações financeiras (pelos produtores) às comunidades pertencentes ao circuito produtivo. Vale salientar que o Estado do Rio de Janeiro e seus municípios são líderes nacionais no que diz respeito ao recebimento dos repasses feitos em forma de *royalties* e participações especiais.¹⁴

Em 1994, o Estado do Rio de Janeiro e seus municípios receberam, em conjunto, algo em torno de R\$ 30 milhões (correntes), correspondentes a 37% do total de

royalties repassados naquele ano, em função da atividade petrolífera no país. Em 2002, o montante recebido atingiu R\$ 1,4 bilhão (corrente), 44% do total nacional. (Tabela 8) O Rio de Janeiro lidera o *ranking* nacional referente aos repasses de *royalties* feitos aos estados da federação. Em 2002, por exemplo, o estado foi destinatário de 65,7% do montante repassado às UF's, sendo seguido pelo Rio Grande do Norte, destinatário de 10% do total.

Tabela 8
Royalties repassados sobre a produção de Petróleo e Gás Natural - 1994 - 2002

Beneficiários	Royalties distribuídos (mil R\$)									
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
Total	80,2	122,7	154,1	190,3	283,7	983,6	1.867,8	2.303,3	3.184,0	
UF's	34,2	51,6	63,7	76,1	106,9	330,4	623,3	762,5	1.021,0	
RJ	14,5	22,6	29,2	38,6	55,9	190,0	367,8	461,5	671,7	
Mun. do Brasil	29,6	45,4	57,3	71,4	101,4	327,4	622,9	769,3	1.070,4	
Mun. Rio de Janeiro	15,5	24,5	31,6	42,0	60,7	206,7	397,1	497,4	740,2	
Fundo Especial	5,5	8,6	11,0	14,3	20,4	68,5	131,1	163,0	233,7	
União	11,0	17,1	22,1	28,6	55,0	257,2	490,5	608,5	858,9	
Total ERJ	29,9	47,1	60,8	80,6	116,6	396,7	764,9	958,8	1.411,9	

Fonte: ANP/SPG, conforme as Leis n.º 7.990/89 e n.º 9.478/97 e o Decreto n.º 2.705/98
2. Foi utilizado regime de caixa na elaboração da tabela

Ob.: 1. Reais em valores correntes

¹² Em se tratando das reservas provadas no país, a região responde por 87% do total de petróleo e por aproximadamente 48% do gás natural.

¹³ Vale destacar, a título de ilustra-

ção, que o volume produzido pela região tornaria possível sua entrada na OPEP, caso esta fosse um país, haja vista o volume de sua produção ser pouco inferior ao de nações como

Líbia e Qatar. Piquet (2003:04)

¹⁴ As leis que determinam e estabelecem essas compensações financeiras são as Leis n.º 7.990/89 e n.º 9.478/97 e o Decreto n.º 2.705/98.

Assinala-se, ademais, que os municípios fluminenses lideram a lista dos maiores *royalties per capita* do país, que, no caso de Quissamã, Carapebus e Rio das Ostras, ultrapassou R\$ 1,1 mil, em 2002. Como salienta Piquet (2003:5), “para aquilatar a magnitude desses recursos, basta compará-los com os orçamentos *per capita* de outros municípios: Belém (R\$ 394,00); Pelotas (R\$ 446,00); Natal (R\$ 520,00); Niterói (R\$ 780,00); São Paulo (R\$ 912,00); Cubatão (R\$ 1774,00).”

A crescente importância dos *royalties* para a economia fluminense pode ser averiguada, também, por sua participação no PIB estadual.

Entre 1994 e 2002, a razão *royalties*/PIB saltou de 0,06% para 0,74%, com especial destaque para o crescimento observado no período posterior a 1998, ocorrido em função do aumento da produção física e de alterações nos valores repassados por barril produzido.

A crescente importância dos *royalties* para o setor público estadual pode ser dimensionada a partir dos dados da tabela 9, que mostra a razão entre esses repasses e a receita corrente referente às diversas Regiões de Governo do Estado. Nas Regiões limítrofes à Bacia de Campos, esse percentual atingiu 50,8%, em 2000, no Norte Fluminense, e 30,8%, nas Baixadas Litorâneas.

Cabe ainda destacar, no que concerne às finanças públicas estaduais, que a evolução da razão *royalties*/ICMS recolhido cresceu de maneira exponencial, atestando, ademais, a contínua e crescente importância desses repasses aos co-

res públicos municipais e estadual. Em 1997, os *royalties* recebidos pelo Estado do Rio de Janeiro correspondiam a 0,7% do total do ICMS recolhido naquele ano. Em 1999, este percentual já havia praticamente triplicado (2,6%), alcançando os 9,0% no ano seguinte. (Gráfico 6)

Sublinha-se que a contribuição setorial à economia fluminense (especialmente falando dos cofres públicos) seria bem maior caso a tributação referente ao ICMS sobre petróleo e derivados passasse a ser feita na origem e não mais no destino, como atualmente é realizada.

Tabela 9
Razão entre *Royalties* e Receita corrente por Região de Governo do RJ - 1999 - 2000

Região de Governo	1999		Roy/C	2000		Roy/C
	Rec. Cor.	<i>Royalties</i> *		Rec. Cor.	<i>Royalties</i> *	
B. Ilha Grande	102.174	2.305	2,3	115.896	4.215	3,6
Baixadas Litorâneas	294.866	53.821	18,3	421.700	129.808	30,8
Centro-Sul Fluminense	104.832	372	0,4	129.675	1.438	1,1
Médio Paraíba	444.436	4.016	0,9	612.505	10.830	1,8
Metropolitana	5.043.259	21.648	0,4	6.158.495	57.947	0,9
Noroeste Fluminense	120.945	11.288	9,3	174.406	22.902	13,1
Norte Fluminense	284.281	113.923	40,1	589.713	299.282	50,8
Serrana	344.888	13.328	3,9	475.944	27.893	5,9

Fonte: CIDE (2001)



Fonte: TCE, 2001

Considerações Finais

O presente artigo apresentou alguns indicadores que apontam nitidamente para a inequívoca recuperação da economia fluminense a partir de meados da década progressa. Como resultante da discussão elaborada na dissertação de mestrado defendida pelo autor, em outubro de 2004, no Instituto de Eco-

nomia da Unicamp, apresenta quais foram (são) os setores responsáveis pela nova trajetória da economia estadual. Cabe ratificar a necessidade de continuidade de tal movimento baseado no maior encadeamento das atividades produtivas e terciárias, em termos inter e intra-setoriais.

Robson Dias da Silva - Economista pela UFRJ, doutorando em Economia Aplicada pelo IE – UNICAMP. Professor e Coordenador do Curso de Economia da UNIFEG.



Plantação de cana de açúcar, em Campos dos Goytacazes

Foto Paulo Damasceno

O setor sucro-alcooleiro e o desenvolvimento da região Norte Fluminense

Por René Louis de Carvalho – IE-UFRJ

"As trajetórias da economia do norte do Estado do Rio de Janeiro e da indústria sucro-alcooleira sempre estiveram fortemente entrelaçadas. Os grandes ciclos que marcam a economia regional – 1850-90 e 1950-80 – tiveram por base processos de expansão e crise da produção sucro-alcooleira. E a economia regional sempre se caracterizou por uma baixa diversificação produtiva: a indústria sucro-alcooleira chegou a responder, no período do Pro-Álcool, por cerca de 70% da renda gerada na região (Silva e Carvalho, 2004). Essa forte simbiose dificulta, muitas vezes, uma avaliação objetiva das perspectivas atuais da indústria sucro-alcooleira e do papel que ela ainda pode vir a desempenhar no desenvolvimento da economia regional.

A evolução recente da economia vem, entretanto, imprimindo novos contornos à economia do norte fluminense. As trajetórias da economia regional e da indústria sucro-alcooleira, pela primeira vez divergem: apesar da relativa estagnação da indústria sucro-alcooleira, a região vem apresentando significativas taxas de crescimento, em base à expansão das atividades de extração de petróleo e à emergência de novos setores.

Esse novo contexto modifica as relações entre a indústria de açúcar e a economia regional. Se nos anos 70 e 80, a principal questão do desenvolvimento regional era a diversificação econômica e a diminuição de sua dependência à indústria sucro-alcooleira, hoje numa economia regional em processo de diversificação, a discussão é sobre o papel que o setor sucro-alcooleiro pode desempenhar no desenvolvimento regional.

1. Apesar da longa crise que o setor sucro-alcooleiro atravessou, ele permanece sendo uma das principais atividades econômicas da região. A produção de cana de açúcar ainda domina a atividade agrícola regional (81% da área agrícola e 71% dos estabelecimentos rurais da região). A produção de açúcar e álcool continua sendo a principal atividade industrial regional. A cadeia produtiva da cana de açúcar é ainda uma das mais importantes empregadoras da região, gerando cerca de 15 mil empregos diretos (Azevedo, 2004). O quadro 1 ao lado baseado em informações do IBGE e em Azevedo (2004), sintetiza a evolução da indústria sucro-alcooleira regional.

Quadro I
Evolução do setor sucro-alcooleiro norte fluminense
1965 - 2000

	1965	1970	1980	1990	2000
Área colhida	136*	144	198	137	101
Produção de cana de açúcar	5 269**	5 398	7 191	5 234	3 935
Produção de açúcar	9 567	9 749	10.121		
Número de usinas em atividade	26	18	17	15	6
Empregos diretos gerados na cadeia produtiva			50 000		15 000

*em milhares de hectares
** em milhares de toneladas

Estudos recentes (Crespo, 2004; Piquet, 2004; Monié, 2004, Cruz, 2004) reconhecem a posição de destaque ainda ocupada pela indústria do açúcar na economia regional, mas consideram limitado seu potencial de influência sobre o desenvolvimento regional.

Três argumentos fundamentam essa opinião: a perda de centralidade da cana na economia regional; o relativo "encolhimento" porque passou a atividade; e a forte diminuição de sua expressão geográfica. A cana de açúcar deixou, efetivamente, de ser o setor decisivo da economia regional. A economia do norte fluminense tem agora na extração petrolífera seu setor mais dinâmico e vê despontarem novas atividades, como a fruticultura e os serviços de educação superior. Nesse novo contexto, a produção de cana, por mais importante que possa se tornar, é apenas um setor a mais a influir sobre o desenvolvimento regional.

Da mesma forma, a diminuição de capacidade produtiva que acompanha a estabilização do setor sucro-alcooleiro regional e a restrição da oferta de emprego, esperada da modernização de suas atividades, diminuem a importância do setor como alternativa de emprego para a grande massa de trabalhadores pouco qualificados que compõem o mercado de trabalho regional (Cruz, 2004). Por último, o impacto regional do complexo sucro-alcooleiro

restringiu-se significativamente. A produção de cana e a presença de usinas estão hoje concentradas no município de Campos e proximidades.

2. Essas análises partem, entretanto, de um pressuposto implícito: o setor sucro-alcooleiro do norte fluminense teria se estabilizado próximo de sua escala máxima de produção, em função de sua disponibilidade de matéria-prima e poder de mercado. Embora baseada na evolução recente do setor, essa análise não reflete as potencialidades que o setor apresenta, em particular a partir do uso da irrigação para a produção de cana.

A limitação da oferta de matéria-prima, em função da baixa produtividade da cultura (40 toneladas de cana por hectare, para uma média nacional de 75 ton.) e das dificuldades de modernização da produção ligadas às irregularidades climáticas, constituiu-se historicamente no principal limite de competitividade da indústria sucro-alcooleira regional.

O desenvolvimento da produção irrigada de cana permitiria romper esse limite. Estudos da Tecnor e da PESAGRO (Campo, 1998) estimam em 100 mil has, a área irrigável propícia à produção de cana. A produtividade média prevista, em sua fase inicial, é de 90 a 100 toneladas por hectare, o que permitiria duplicar a produção de matéria-prima e propiciar custos de

produção agrícola extremamente competitivos. A plena utilização das áreas irrigáveis permitiria duplicar a capacidade de processamento industrial instalada e obter níveis de produção superiores aos do auge anterior da produção regional.

A produção irrigada de cana, muito pouco utilizada no Brasil até os anos 90, está se tornando uma realidade. Além da Agrovale, que produz há anos cana irrigada, da Usina Vale do Verdão em Goiás e do pólo canavieiro do sertão, na Bahia e Pernambuco, outras usinas vêm ampliando a produção irrigada de matéria prima. No caso das usinas de São Paulo, o recurso à irrigação é uma resposta à escassez de terras para ampliação da produção.

3. A análise das perspectivas existentes para o desenvolvimento da economia do norte fluminense, torna a ampliação e melhoria da competitividade do setor sucro-alcooleiro regional altamente desejável (La Rovere e Carvalho, 2004).

A exploração de petróleo, principal fator dinamizador da economia regional, internalizou na região apenas uma parcela restrita de suas atividades e ainda propicia poucas interações com a economia regional (Monié, 2004). As novas atividades econômicas dinâmicas – fruticultura irrigada, serviços superiores – encontram-se ainda em fase de consolidação e seu impacto sobre a economia regional permanece limitado. Nesse contexto, a ampliação da indústria sucro-alcooleira desempenharia um papel estratégico para a consolidação da tendência à diversificação da economia regional. A revitalização da indústria sucro-alcooleira seria, também, um importante fator de consolidação da agricultura irrigada e da agroindústria moderna na região.

Outra importante consequência da revitalização do setor sucro-alcooleiro

seria a obtenção de um desenvolvimento regional mais equilibrado. As novas dinâmicas econômicas da região estão hoje concentradas nos municípios litorâneos e, mais particularmente, em torno a Macaé (Monié, 2004). O crescimento e modernização da economia regional estão ainda muito pouco presentes nos municípios interiores, em particular na sub-região polarizada por Campos dos Goytacazes.

4. Existem condições bastante favoráveis para a revitalização e crescimento da indústria sucro-alcooleira regional. Além da existência de uma importante capacidade de produção instalada, em termos agrícolas e industriais e da possibilidade de superar a principal limitação econômica do setor, através do desenvolvimento da produção irrigada de cana de açúcar, a produção brasileira apresenta condições bastante positivas no mercado internacional de açúcar e de álcool.

A produção brasileira de açúcar e álcool está entre as atividades agropecuárias que apresentam perspectivas mais favoráveis no mercado internacional. O custo de produção do açúcar brasileiro situa-se significativamente abaixo dos de seus principais competidores internacionais. O Brasil é também o único país que pode aumentar significativamente a produção sem elevar seus custos de produção. Apenas as medidas protecionistas adotadas nos principais mercados limitam a expansão das exportações brasileiras.

Os preços elevados do petróleo no mercado internacional e, sobretudo, o crescimento mundial da tendência a misturar álcool e gasolina são outros importantes fatores de valorização do setor. O Brasil tem condições – por seu domínio da tecnologia e também em função de seus custos de produção – de se transformar num grande exportador de álcool combustível.

5. Num contexto de perspectivas favoráveis para a expansão da produção brasileira de açúcar e álcool nos próximos anos, o crescimento da produção do norte fluminense e a consolidação de um pólo produtor de açúcar e álcool regional torna-se essencialmente função da construção de vantagens competitivas em relação a outras regiões produtoras do país.

O desenvolvimento da produção irrigada de cana permitiria, como vimos, dotar a região de uma oferta de matéria-prima a preços competitivos. Mas as usinas da região têm ainda um importante caminho a trilhar para fortalecer sua competitividade. O setor sucro-alcooleiro vem passando, nos últimos 25 anos, por uma profunda reestruturação. O acirramento da concorrência determinou um processo de redefinição estratégica de empresas e grupos econômicos. Três grandes tendências se delineiam (Belik, 1999):

✓ a especialização produtiva voltada à exportação – as empresas buscam essencialmente diminuição de custos, através da mecanização, da automação industrial, da melhoria da logística de transporte, transferência de unidades de produção para novas regiões.

✓ a diferenciação de produtos: açúcar líquido, light, orgânico, refinado, utilização de marcas e de embalagens diferenciadas.

✓ a diversificação produtiva: co-geração de energia elétrica, álcool-química e diversificação produtiva para indústria alimentar.

De porte relativamente pequeno e voltadas para mercados pouco diferenciados – produzem apenas açúcar cristal e álcool –, as empresas do norte fluminense têm um longo caminho a trilhar. Elas possuem, entretanto, importantes vantagens potenciais que podem facilitar essa trajetória. As condições favoráveis de



desenvolvimento da irrigação no norte fluminense tornam a região uma das importantes reservas de expansão da produção de açúcar e álcool na região sudeste do país, o que valoriza sobremaneira a região. Sua relativa proximidade dos centros de produção alimentar e mercados dinâmicos traz condições favoráveis à diferenciação de produtos e a relações de parceria com empresas alimentares. A vizinhança entre fruticultura irrigada e produção de cana é também extremamente propícia a processos de articulação produtiva entre os dois setores e à construção de grupos econômicos voltados à produção alimentar.

Não podemos esperar, entretanto, que a revitalização da indústria sucro-alooleira regional seja exclusivamente o produto da ação das empresas. Ela terá condições mais favoráveis de realização se for parte de um projeto de desenvolvimento regional.

Bibliografia

Azevedo, H.J. - Uma análise da cadeia produtiva da cana de açúcar na região norte fluminense. In *Economia e Desenvolvimento do norte fluminense*. Pessanha

R.M. e Neto, R.S. WTC Editora. Campos. 2003.

Belik, W. e outros - Evolução institucional e seus impactos nas estratégias dos capitais do complexo agro-industrial canavieiro. Anais do 36º. Encontro Nacional da SOBER. Poços de Caldas. 1998. MG.

CAMPO - Estudo da viabilidade de um pólo de fruticultura irrigada nas regiões norte e noroeste fluminense. FIRJAN. Rio de Janeiro, 1998.

Cruz, J.L.V. - Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no norte fluminense. In *Econo-*

mia e Desenvolvimento do norte fluminense. Pessanha

R.M. e Neto, R. S. WTC Editora. Campos. 2003.

La Rovere R. e Carvalho R.L. - A construção de um sistema local de inovação: o caso de

Campos dos Goytacazes. *Revista de Economia Fluminense* no. 1. Rio de Janeiro. 2004

Monié, F. - Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In *Petróleo, Royalties e Região. Garamond*, Rio de Janeiro, 2004.

Silva, RCRS e Carvalho, A.M - Formação econômica da região norte fluminense. In *Economia e Desenvolvimento do norte fluminense*. Pessanha R.M. e Neto, R.

S. WTC Editora. Campos. 2003.

Corte de Cana, em Campos dos Goytacazes

Foto
Paulo Damasceno



Foto
Raimundo Bandeira
de Mello

O que falta é União: um argumento contra a secessão da cidade do Rio de Janeiro

Por Alcino F. Camara Neto e Matias Vernengo

Muita tinta e papel se tem gastado recentemente por conta do debate da desfusão Rio de Janeiro – Guanabara. O argumento básico levantado em favor da secessão parece ser o de que, administrando sozinha os recursos da cidade, a prefeitura-governo estadual teria melhor capacidade de prover segurança à cidade. Obviamente, trata-se de um argumento bastante superficial, produzido por um equívoco recorrente nos dias de hoje, que é o de substituir a razão pelo medo como guia de ação no campo público. Se usarmos a razão, veremos que a desfusão tem pouco a contribuir no sentido de mitigar o problema da violência urbana.

Vamos assumir, para efeito de raciocínio aqui, que todas as causas apontadas no debate público, científico ou na mídia, contribuem em grau variado, não mensurável aqui, para a violência urbana no Rio de Janeiro. Estas causas são: 1) o problema social (alta concentração de renda, miséria, êxodo rural, falta de perspectiva de ascensão social e desemprego); 2) o problema das drogas (alcoolismo e fundamentalmente drogas ilícitas); 3) a questão da densidade urbana (as grandes cidades, ao reduzirem todos ao anonimato, tenderiam a promover a violência através de intrincados mecanismos psicossociais); 4) impunidade e legislação excessivamente branda; 5) falta de policiamento eficaz; 6) corrupção policial; 7) a decadência econômica do estado, que agravaria o desemprego, aumentaria a falta de perspectivas e, finalmente, 8) falta de Deus.

Como é de conhecimento público, todas as grandes mazelas sociais (e, entre elas, a violência urbana) podem ser tratadas com expedientes curativos (geralmente mais custosos) ou com expedientes preventivos (geralmente menos eficazes no curto prazo, mas mais baratos e mais eficazes no longo prazo). Quando o problema chegou a um grau como no Rio de Janeiro, a adoção simultânea de medidas curativas e preventivas tornou-se necessária sob pena de perda de vidas inocentes no curto prazo.

Ora, apenas uma das causas mais comumente apontada como responsável pela violência urbana no Rio (a falta de policiamento eficaz) pode ser mitigada e mesmo assim, a partir da adoção de expedientes curativos e não necessariamente preventivos, pela desfusão !!!

Ademais, é altamente duvidosa se a desfusão proporcionaria o tal policiamento eficaz, já que não se sabe como ficariam as finanças do novo

estado, que parcela da dívida pública estadual ele herdaria, que acesso teria a recursos federais e externos etc. Além disso, na discussão sobre a eficácia do aparato policial sempre é levantado o fato de que uma parte importante do mesmo estaria irremediavelmente comprometida pela corrupção. Ora, a menos que se acredite que seja possível, hoje, construir um aparato inteiramente novo, o que não foi possível nem quando a situação fiscal do Estado Brasileiro e de suas unidades federadas era bem melhor, no episódio de criação do Estado da Guanabara, que dirá agora, com a situação fiscal em que nos encontramos!!!!

“O problema de drogas no Brasil (causa 2) é da alçada federal e, no caso do Rio, é certamente um dos fatores mais importantes para o incremento da violência.”

Descartado, portanto, o hipotético efeito positivo da desfusão sobre a violência urbana e a falta de segurança no caso de sua causa ser a de número 5, resta verificar se seu efeito é positivo, negativo ou neutro em relação às outras possíveis causas.

Quanto à causa de número 8, há que se esclarecer o que se entende por “falta de Deus”. Caso a falta de Deus seja interpretada como sinônimo de falta de moralidade ou de espírito religioso, esta parece ser uma das características do mundo moderno, particularmente nas grandes cidades, e a amputação do interior do estado não contribuiria em nada para sua redução. Ademais, resta saber porque, especificamente, o grau de violência percebido é maior na cida-

de do Rio de Janeiro se o grau de religiosidade não é menor aqui que em outras cidades de porte similar. Obviamente, evangélicos poderiam dizer ainda que é a falta de Deus já que eles são minoritários em relação a outras igrejas cristãs, mas restaria explicar por que então o grau de violência em Minas Gerais, onde a parcela de evangélicos em relação ao conjunto da população é bem menor, não é proporcionalmente maior. O mesmo raciocínio vale para a hipótese de se considerar falta de Deus uma população proporcionalmente menos católica. Ficaria sem explicação o fato de que, nos estados do Norte, onde, proporcionalmente o número de católicos só é menor que no estado do Rio de Janeiro, não têm os segundos, piores índices de violência. Parece óbvio, portanto, que, embora a falta de religiosidade possa produzir várias mazelas sociais, ela não pode ser apontada como causa única ou principal para o aumento da violência urbana e para a falta de segurança na cidade do Rio de Janeiro, nem muito menos pode ser mitigada ou reduzida pela desfusão. Restam os outros argumentos já assinalados.

A questão da corrupção policial (causa 6) não parece afetar diferentemente a capital e o interior e, se o fizer, será provavelmente em detrimento da capital. Além disso, como já aludido nos parágrafos anteriores, não há razão para acreditar que o novo estado terá o direito de criar uma polícia inteiramente nova e deixar a cargo do interior toda a polícia hoje existente.

As causas 1, 2 e 4 são questões tipicamente de alçada federal e não seriam sanadas nem pioradas pela desfusão. O problema de drogas no Brasil (causa 2) é da alçada federal e, no caso do Rio, é certamente um dos fatores mais importantes para o incremento da violência. Temos assistido, nos últimos meses, algumas medidas

de caráter preventivo que poderão ajudar a reduzir o problema no longo prazo. O sistema de defesa aérea da Amazônia e a lei do abate poderão reduzir o volume de droga entrante em território nacional no longo prazo e as novas leis que beneficiam usuários poderão, salvo melhor juízo, reduzir seu grau de comprometimento com o traficante. No entanto, a solução sistêmica deste problema ainda está por vir. A experiência internacional no passado (por exemplo, o caso do alcoolismo e do incremento do crime na Chicago dos anos vinte) demonstra que a solução destes problemas só se dá quando suas causas são removidas (no caso apontado, a lei seca que criminalizava os produtores e comerciantes e os punham nas mãos da Máfia, e a Grande Depressão que destruiu os sonhos de um futuro melhor e conduzia ao desejo de escapar das agruras daquela situação).

No caso carioca, certamente, as duas décadas de quase-estagnação na economia nacional, somadas a falta de perspectiva da economia regional, contribuem para produzir um ambiente favorável ao consumo e a melhoria desta situação é um pré-requisito essencial para sua solução definitiva. De fato, podemos até dizer que, por este prisma, a questão 2 é parte da questão 1.

A legalização das drogas como fator redutor da violência já não nos parece tão pacífico. Na verdade, esta idéia baseia-se, por um lado, na experiência histórica da lei seca, e, por outro lado, numa hipótese duvidosa, qual seja, a de que a legalização traria novos competidores ao mercado, reduzindo a margem de lucro do negócio e inviabilizando a manutenção de enormes exércitos privados que seriam uma das principais causas da violência em nossa cidade. Acontece que as leis da concorrência não necessariamente agiriam desta forma. Poderia ocorrer algo si-

milar ao que existe com as máfias chinesas, com os traficantes utilizando seus "exércitos" para manter o controle de uma parte da comercialização, especialmente por que, como a produção de algumas drogas ocorre fora do país e continuaria, provavelmente, ilegal no exterior, o contato com os produtores se faria através destas redes criminosas ou então, surgiria um estímulo doméstico à substituição de importações nesta área que, certamente, nos traria problemas diplomáticos

“Ademais, todas as propostas importantes que surgiram nos últimos anos tentando definir um projeto econômico para o estado, certamente ficariam dificultados com a desfusão.”

com alguns países poderosos. Dito de outra forma, a legalização daquelas drogas que tenham todo o seu ciclo produtivo feito endogenamente poderia, em certas condições especiais, contribuir para a redução da criminalidade carioca, resgatando da criminalidade parte dos produtores, intermediários e todos os consumidores mas isto dificilmente aconteceria no caso daquelas drogas cuja produção seja, parcial ou integralmente, realizada em outros países, a menos que esta fosse uma política envolvendo também estes produtores.

Ainda assim, restaria o problema dos "exércitos desmobilizados". Sem políticas de emprego e sem exercício da autoridade do estado, dificilmente

teríamos uma "desmobilização" completa. Isto significa que a questão da violência é insolúvel? Não necessariamente. Significa apenas que, no caso da causa 2, a desfusão não traria nenhuma melhoria visível e que, como foi o caso na Chicago dos anos trinta, a melhoria da situação econômica e a volta da expectativa de crescimento pessoal e coletivo nos marcos da sociedade local é que poderiam contribuir indiretamente, como uma espécie de medida "profilática" para a solução da parcela do problema da violência causada pela questão das drogas. Este fato nos remete às causas 1, 3 e 7, todas elas associadas, direta ou indiretamente, ao chamado "problema do esvaziamento do Rio de Janeiro".

Separando o problema da forma, como o fizemos acima, percebemos que este esvaziamento é decorrência, por um lado, da própria falta de expansão econômica significativa do país no último quarto de século (causa 1) e, por outro lado, tem elementos locais que agravam a situação (causa 7 e, parcialmente, causa 3).

Obviamente, o problema de número 1 só será resolvido a partir da mudança da atual política econômica. No entanto, no interior do marco de ação da atual política econômica há diferenciais significativos de expansão entre estados e municípios! Porque o nosso estado (fora petróleo e atividades correlatas) e nossa cidade foram brindados com uma das menores taxas de expansão econômica das últimas décadas entre todos os estados e municípios? Se pudéssemos sintetizar o debate interminável que é travado entre os especialistas em Rio de Janeiro, acerca das causas últimas de nossa decadência, em poucas palavras, diríamos que o mesmo foi causado pela perda da condição de capital do país, associada a inexistência de projeto alternativo e, sequer, de competência

política capaz de construí-lo. Nenhum destes elementos poderia ser removido pela desfusão e já estavam presentes antes da própria fusão.

Ademais, todas as propostas importantes que surgiram nos últimos anos, tentando definir um projeto econômico para o estado, certamente ficariam dificultados com a desfusão. O problema do turismo, por exemplo, não é separar os atrativos da região serrana e dos Lagos, além da Costa Verde mas uni-los e, principalmente, romper com o círculo vicioso de que a violência espanta o turista, mas sem turismo, não há expansão que permitiria, via geração de emprego, mitigar o problema da violência. Da mesma forma, a separação do pólo tecnológico da cidade do projeto Petrópolis-Tecnópolis ou do parque tecnológico de Campos seria contraproducente, para não falarmos da indústria do petróleo, com a sede da Petrobrs no Rio de Janeiro e sua produção petrolífera na Bacia de Campos!

No entanto, este não seria o maior desserviço econômico da desfusão e aí é que repousa o que entendemos ser nossa contribuição original ao debate sobre o problema da violência urbana e da sua superação na nossa cidade. Para entendermos este ponto temos de nos concentrar na chamada causa 3, que diz respeito ao fato de que as cidades metropolitanas tendem a viver um nível de violência superior ao das cidades médias e pequenas. Este fato pode ser observado em quase todos os países, sendo mais grave onde a concentração de renda e a falta de perspectivas são piores. De fato, nos países desenvolvidos, onde as grandes metrópoles não crescem há quase duas décadas, o grau de violência é bem inferior ao das metrópoles em expansão no mundo em desenvolvimento. Será que as razões são apenas aquelas apontadas na causa 1 ou existirão outros motivos?

Sem pretender dar qualquer explicação definitiva, eu sugiro que observemos o histórico de expansão das cidades do mundo desenvolvido, especialmente as cidades americanas. Se o fizermos, perceberemos que estas cidades passaram, num dado momento de sua história, em algum ponto do século vinte, por um processo de inchaço similar ao nosso, quando se agudizaram, relativamente, seus problemas sociais e urbanos, ao que se seguiu a migração de boa parte da classe média para as

organizar, ao que se seguiu um período de retomada dos centros destas cidades com parte da classe média e da intelectualidade voltando a morar nestes centros urbanos.

Este mesmo movimento jamais ocorreu em economias periféricas como a nossa, até porque os aparelhos do estado não tiveram como planejar e investir no momento apropriado. Assim, nos grandes centros urbanos do mundo subdesenvolvido, incluindo os nossos, a convivência simultânea do “asfalto e do morro” tende a tornar mais agudos e de mais difícil solução problemas urbanos como o da violência. A decadência, a falta de planejamento e projeto urbano, a perda de poder aquisitivo da classe média “antiga”, formada primordialmente por funcionários públicos federais e por profissionais liberais associados, a perda da condição de sede de várias empresas e bancos, a inexistência de focos importantes de geração de emprego formal para a população mais pobre, entre outros fatores, contribuíram para tornar nosso problema ainda mais dramático.

Sua solução, no entanto, não parece estar numa espécie de “bosnianização” ou “palestinização” do município do Rio de Janeiro, com o erguimento de muros e barreiras em cada rua, em cada bairro, por todo lado, com enormes custos de segurança, além do caos no transporte decorrente da “guetização” das classes abastadas em regiões de acesso complicado como a Barra da Tijuca. Talvez, a solução esteja em alguma espécie de autoridade de coordenação metropolitana com a adoção de medidas nas áreas tributárias (via IPTU proibitivamente mais altos onde se pretende desconcentrar), de transportes e de serviços públicos que permitam que a zona metropolitana do Rio de Janeiro siga seu curso, como o das metrópoles desenvolvidas e que,

“... não parece estar numa espécie de “bosnianização” ou “palestinização” do município do Rio de Janeiro, com o erguimento de muros e barreiras em cada rua, em cada bairro, por todo lado, com enormes custos de segurança, além do caos no transporte decorrente da “guetização” das classes abastadas...”

cidades periféricas. Só ficaram, por assim dizer, os muito ricos e os pobres. Como corolário deste fenômeno, minorias étnicas com grande contingente de seus membros situado abaixo da linha da classe média, como os afro-descendentes, passaram a eleger o prefeito destas grandes cidades entre seus membros.

Houve um certo período em que a situação de violência e de empobrecimento pareceu se agravar, até que estas comunidades passaram a melhor se

por um lado, os mais pobres, mais bem organizados, consigam o incremento dos serviços a eles prestados pela municipalidade e, por outro, na próxima geração, como hoje em Nova York, a cidade volte a atrair parcelas anteriormente deslocadas da classe média.

Obviamente, não se pode esperar que a municipalidade, mesmo transformada em estado, possa cumprir o papel aqui traçado. Isto cabe ao governo estadual ou, alternativamente, a alguma forma de autoridade metropolitana que nossa imaginação política ainda não criou e que, face ao nosso atraso em resolver nossa questão urbana, torna-se primordial. Mais importante do nosso ponto de vista e que em última instância os problemas da cidade e do estado embora demandem soluções criativas em nível local só serão resolvidos com uma mudança

das políticas macroeconômicas no nível da união.

Desde o governo FHC e, a despeito de declarações em contrário, no governo Lula, a união promoveu uma grande centralização fiscal, fazendo os estados e municípios mais dependentes das transferências federais e reduzindo o montante destas transferências, tudo como parte do arrocho fiscal promovido com o apoio do Fundo Monetário Internacional. Com isso, a habilidade de estados e municípios, adicionalmente acorrentados à Lei de Responsabilidade Fiscal, e extremamente limitada, enquanto o governo federal gasta metade dos seus recursos com a ciranda dos juros. A União gasta mais, muito mais, com Bancos e outros detentores de títulos públicos do que tudo o que é gasto nos três níveis de go-

verno com políticas sociais. Somente uma reversão dessas políticas permitirá um aumento dos gastos sociais no Rio, e em outras partes do país. Um novo pacto fiscal é necessário e uma revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal deveria fazer parte da agenda. Nesse sentido, devemos notar que a secessão não cumpre papel algum e o que o Rio precisa é de União, ou seja, um governo federal comprometido com a melhoria da classe de vida da massa de miseráveis, que duas décadas e meia perdidas deixou no esquecimento. O resto é retórica vazia.

Alcino Ferreira Camara Neto é Decano do CCJE da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro); **Matias Vernengo** é professor do Departamento de Economia da University of Utah, Salt Lake City.





Fundação CIDE

Centro de Informações e
Dados do Rio de Janeiro

Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2004



O Diretor Executivo do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – Fundação Cide, *Ranulfo Vidigal*, lançou no dia 6 de abril o Anuário Estatístico da entidade, edição relativa ao exercício de 2004. Na companhia do Secretário de Planejamento, *Tito Ryff*, e do Professor *Alcino Camara Neto*, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), *Ranulfo Vidigal* fez a apresentação do trabalho e agradeceu a colaboração dos técnicos da Fundação Cide pela qualidade da obra.

O **Anuário Estatístico**, lançado em versões impressa e CD-ROM, já está disponível na página do Cide, na *internet*, (www.cide.rj.gov.br). Além das informações gerais grupadas por temas (território, demografia, área social, infra-estrutura, economia e administração estadual), o trabalho também permite a consulta dos dados por município.

Logo após o lançamento do Anuário Estatístico, o Secretário de Planejamento, *Tito Ryff*, em debate com o professor *Alcino Câmara Neto*, a respeito da polêmica desfação dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, garantiu que a propalada pretensão trará prejuízos graves para ambos os lados.

Para o Secretário, as projeções segundo as quais a separação seria benéfica para a economia dos dois novos estados refletem apenas os resultados imediatos. No longo prazo, há o risco de um processo de degradação da capacidade de desenvolvimento econômico em ambos.

– O que se tem destacado muito é o argumento de que não há afinidade entre os perfis econômicos das duas regiões, já que a capital tem uma vocação cultural e turística, e o que seria o Estado do Rio de Janeiro, uma vocação industrial e agrária. Na verdade, são perfis complementares e interromper essa dinâmica é um risco muito grande, tanto para o interior quanto para a capital – garantiu *Tito Ryff*.



Fábrica da PSA
PEUGEOT CITRÔEN
Linha de Montagem
PORTO REAL - RJ

Foto
Antonio Pinheiro

A capital voltará a ditar o ritmo do emprego em 2005?

Por Helcio de Medeiros Junior

A economia fluminense durante o ano de 2005 poderá apresentar os melhores resultados econômicos dos últimos anos, devido ao momento particular do ciclo econômico em que vive e em virtude de suas especificidades, após um ano de recuperação em alguns setores que levaram ao aumento na arrecadação de impostos.

TABELA I

Taxas de variação mensal, acumulada e de doze meses dos indicadores de atividade da indústria, do comércio, do crédito nacional, das consultas e da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços no Estado do Rio de Janeiro

Dez 04/Jan 05

Indicadores	Janeiro 2005	Variação percentual		
		Jan 05 Jan 04	Jan-Dez 04 Jan-Dez 03	12 meses
Indústria: 2002=100				
Geral	95.37	3.4	2.4	2.8
Extrativa mineral	101.46	4.2	-3.6	-2.8
Transformação	94.06	3.2	3.8	4.0
Crédito				
Empréstimos do sist financ. à pessoa física (R\$ milhões)	100 510	27.6	16.9	18.7
Operações de crédito - pessoa física (R\$ bilhões)	66 189	29.9	16.9	19.4
Número de dias	190	10.5	9.1	10.2
Inadimplência (%)	3.6	-7.7	-20.1	-20.6
Consultas				
SPC	666 345	37.7	27.5	29.2
Ligcheque	393 735	41.1	37.0	38.9
Indicadores	Dezembro 2004	Variação percentual		
		Dez 04 Dez 03	Jan-Dez 04 Jan-Dez 03	12 meses
Comércio (volume de vendas): 2003=100				
Geral	154.91	7.8	6.9	6.9
Combustíveis e lubrificantes	105.86	-2.5	-0.8	-0.8
Hiper, supermercados, prod. alim., fumo e bebidas	140.58	10.7	5.4	5.4
Super e hipermercados	141.31	10.5	5.6	5.6
Tecidos, vestuário e calçados	202.91	-7.2	-1.9	-1.9
Móveis e eletrodomésticos	210.98	17.9	22.8	22.8
Arrecadação de ICMS (R\$ mil)	1 162 308	12.6	8.0	5.4

Fonte: IBGE, Banco Central do Brasil, Clube de Diretores Lojistas/RJ, Secretaria Estadual de Finanças/RJ, Macrodados

Em 2004, a indústria voltou a apresentar resultados positivos (+2,4% ante 2003) impulsionados pela atividade de transformação (+3,8%), uma vez que, devido a paradas técnicas na produção a extração de minerais (-3,6%) não contribuiu como nos anos anteriores para o resultado geral. Entretanto, o crescimento apurado foi menor do que o observado no nível nacional (+8,3%), e o pior dentre as unidades da federação em que o levantamento é realizado. O menor dinamismo, em parte, é reflexo da estrutura industrial do estado, que apesar da

emergência da indústria automotiva na Região do Médio Paraíba, ainda é fortemente influenciada por segmentos industriais produtores de bens para o mercado interno, e não para exportação e/ou bens duráveis, como nos estados que tiveram resultados superiores à média nacional. Comparativamente ao ano-base da série (média de 2002), em 2004 o volume médio de produção foi superior em 1,4% - enquanto para o segundo pior resultado, o de Santa Catarina, a produção média foi 5,2% maior - e em janeiro de 2005 foi 3,6% inferior (Tabela I). Estes resultados espelham as

condições de estagnação pelas quais a atividade manufatureira vem passando há algum tempo, nubladas por resultados expressivos da extração de minerais ao longo do segundo quinquênio da década de 90 (crescimento médio de 15,3% entre 1995 e 2000) e outro isolado em 2002 (14,5%) que, em virtude do pequeno peso do segmento no conjunto da atividade, não foram suficientes para sustentar bons resultados gerais. Naquele mesmo período (1995-2000), o segmento de transformação teve decréscimo médio de 1,8% ao ano.

Recentemente, em virtude das mudanças no perfil de consumo de bens industriais, a indústria de transformação fluminense voltou a apresentar resultados positivos, que a taxa de variação anual em janeiro (doze meses) vem demonstrar (Tabela 1), com resultados superiores aos alcançados em 2004 para todos os níveis (geral, extração mineral e transformação). É um início de ano com um vigor superior ao do ano anterior, reforçado provavelmente pela recomposição de estoques do comércio.

O comércio varejista, beneficiado pelo aumento do volume de empréstimos e da demanda por crédito (à vista e a prazo) e pelo aumento do prazo das transações e a redução da inadimplência, apresentou resultados muito expressivos no volume de vendas em 2004. Destacaram-se os segmentos de móveis e eletrodomésticos (+22,8%) e hiper, supermercados, produtos alimentares, fumo e bebidas (+5,4%), que contribuíram para o bom resultado geral (+6,9%). A melhoria de renda que se observou no último trimestre de 2004 tenderá a proporcionar resultados positivos para os demais setores,

apesar de os resultados de dezembro não corroborarem esta suposição.

Devido à natural retração da demanda por bens após o período natalino, o volume de vendas deverá apresentar menor ritmo quando forem conhecidos os resultados de janeiro de 2005 no comparativo com o realizado em janeiro de 2004, bem como quanto às variações dessazonalizadas. A este respeito, uma vez que em dezembro passado a série de dados atingiu volume de informação suficiente (sessenta meses) para o cálculo dos fatores sazonais, implementamos um exercício com os dados do volume global de vendas no varejo do comércio do Estado do Rio de Janeiro através do método X-12 ARIMA¹. Segundo os resultados obtidos, dezembro de 2004 foi o melhor fim de ano desde o início da série (janeiro de 2000) com um crescimento de 4,3% em relação a novembro (os resultados para os meses de dezembro entre 2000 e 2003 foram, respectivamente, 1,7%, 1,0%, -5,2% e -1,6%), o que gerou em alguns segmentos comerciais perda de negócios por falta de estoque, cuja reposição deu um

impulso adicional à atividade fabril.

Em 2004, bem como em janeiro do corrente ano, as informações sobre os principais indicadores do mercado de trabalho metropolitano, colhidas da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, se apresentaram bastante positivos (Tabela 2). A oferta de trabalho (PIA, +1,4%) e a força de trabalho (PEA, +1,9%) cresceram menos do que a demanda por ocupações (PO, +2,1%), gerando uma redução da taxa de desocupação (desemprego) de 1,7%. A taxa de atividade (ou de participação) permaneceu praticamente estável (+0,5), o que não gerou pressões adicionais no mercado, provavelmente devido à melhoria de renda para os chefes, que manteve os membros secundários dos domicílios não economicamente ativos. Em janeiro de 2005, para o conjunto destes indicadores, tanto em relação a janeiro de 2004 quanto para os resultados anuais, se observa um fortalecimento do movimento do ano passado, o que fez com que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro se reduzisse a taxa de desocupação, a única das RM's em que isso aconteceu.

TABELA 2

Estimativas do valor absoluto e taxa de variação da população em idade ativa, da população economicamente ativa, das pessoas ocupadas, das pessoas desocupadas, da taxa de desocupação, da taxa de atividade e do rendimento médio real habitual na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - Jan 05

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego. (1) as variações foram calculadas a partir das estimativas nominais deflacionadas pelo INPC/IBGE.

¹ O modelo preliminar de ajuste sazonal obtido foi ARIMA (0, 1, 2)(0, 1, 1), com decomposição multiplicativa e sazonalidade presente e estável no nível de 1%.

O rendimento médio nominal habitual dos ocupados bateu seu recorde histórico em janeiro de 2005 (o segundo valor mais alto ocorreu em novembro de 2004: R\$ 862,80), mas em termos reais ainda é 18,7% inferior ao de julho de 2002 (R\$ 1.095,92). De positivo se pode comemorar, na média de 2004 ante a média de 2003, praticamente a eliminação da perda de rendimento que se acentuava ao longo dos meses do ano passado, com taxas mais próximas da estabilidade. Janeiro de 2005 indica a continuidade da recuperação da renda com resultados positivos e bastante expressivos (relativamente aos de 2004) para todas as formas de inserção na ocupa-

ção, mas ainda deixa a dever na melhoria de qualidade do emprego com o assalariamento com carteira abaixo dos demais.

Um olhar mais detido nos indicadores, no entanto, demonstra que, apesar dos dados auspiciosos neste começo de ano no mercado de trabalho metropolitano fluminense, ainda há situações preocupantes, tais como: a) o percentual de pessoas ocupadas com rendimento por hora inferior ao salário mínimo por hora era de 12,8% em janeiro de 2005 enquanto em janeiro de 2004 foi de 10,8%, o que levanta a questão da qualidade do acréscimo da ocupação; b) apesar do aumento do emprego formal, a participação desta posição

na ocupação manteve-se praticamente estável entre os meses de janeiro de 2004 e 2005: 41,1% e 41,8%, respectivamente; e c) a participação dos empregados sem carteira, somados à dos conta própria, ainda era superior aos formais em janeiro de 2005 (43,3%) e se manteve virtualmente estável em relação ao mesmo mês do ano anterior (43,6%). Espera-se que a resposta do mercado de trabalho ao ciclo econômico ao longo do presente ano minimize situações desta natureza, desde que a demanda por trabalho não sofra interrupções decorrentes do aumento da incerteza em resposta à política monetária restritiva que pretende reduzir o ritmo de crescimento econômico.

TABELA 3

Movimentação de mão-de-obra e taxa de variação do nível de emprego formal no município do Rio de Janeiro, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e no Estado do Rio de Janeiro - Jan 05

Indicadores de movimentação e taxas de variação do estoque	Município do Rio de Janeiro	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Estado do Rio de Janeiro
Movimentação de mão-de-obra			
Admitidos	42 902	57 279	78 851
Desligados	41 569	61 032	80 153
Varição Líquida	1 333	-3 753	-1 302
Taxa de variação (%)			
Jan 05 / Dez 04 (1)	0.3	0.1	0.2
Jan 05 / Jan 04	3.1	3.0	3.6
Jan-Dez 04 / Jan-Dez 03	2.6	2.8	3.2
12 meses	2.7	2.9	3.3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Cadastro geral de admitidos e desligados (1) com ajuste sazonal (X-12 ARIMA)

A melhoria da ocupação formal, que pela PME/IBGE na Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 2004 e 2003 foi de 1,5%, de acordo com o saldo líquido de postos de trabalho ao longo de 2004, obtido através do Cadastro Geral de Admitidos e Desligados (CAGED/MTE), acrescido e comparado ao estoque informado pela RAIS 2003, para o mesmo recorte espacial e época alcançou 2,8%. Na capital e no nível estadual, as taxas de variação anuais foram próximas, com melhores resultados para este último em virtude do dinamismo do interior do estado, como já apontamos em momentos anteriores².

Entretanto, duas situações opostas se revelaram na capital em janeiro de 2005: o resultado positivo da variação líquida de mão-de-obra – algo incomum para esta época do ano – e o crescimento na margem (dessazonalizado) superior ao do Estado (Tabela 3), que há muito não se via. Talvez o aumento do crédito e a recente melhoria de renda promovam ao longo de 2005 na capital, que concentra grande volume de atividades comerciais e salários elevados, maiores retornos em nível de emprego, o que a favorecerá nesta fase do ciclo. A sensibilidade da atividade econômica às variações dos juros básicos na capital determinará a longevidade e o rit-

mo do ciclo de recuperação do emprego, pondo em questão se nos próximos meses caberá à cidade do Rio de Janeiro a responsabilidade pelo crescimento do emprego fluminense ao longo do ano.

²Ver MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. *Onde ocorre a recuperação do mercado de trabalho fluminense: na capital ou no interior?* Boletim do Fórum de Estudos Fluminenses, ano VI, 16, jul./out. 2003, p. 5-9. Disponível em <http://www.ippur.ufrj.br/leste>.

Helcio de Medeiros Junior - Economista, mestre em Economia Empresarial (UCAM), doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, assessor do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro e professor da Universidade Estácio de Sá.



Fotos
Arquivo
SETRAB

A democracia do emprego

Por Prof. Dr. Marco Antonio Lucidi

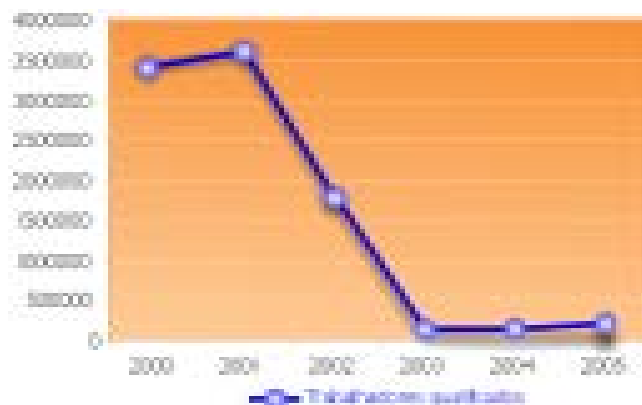
Quando deparamos, já no início do 3º milênio, com os gravíssimos problemas do desemprego no mundo, torna-se urgente e indispensável uma ação efetiva dos governos – federal, estadual e municipal – no planejamento e na definição de políticas públicas direcionadas ao mundo do trabalho.

A Secretaria de Estado de Trabalho e Renda executa, por meio de suas 49 agências distribuídas pelo território fluminense, os seguintes programas do Sistema Público de Emprego: intermediação de mão-de-obra (cadastramento, encaminhamento e colocação no mercado de trabalho); qualificação profissional (promoção de cursos conforme alguns indicadores das demandas de mão-de-obra, em parceria com entidades públicas e privadas); e emissão do seguro-desemprego. Além destes, estão sendo executados programas especiais de inserção, tais como: Primeiro Emprego, Balcão de Emprego para Deficientes, Microcrédito, Cooperativismo, Gerontologia Ocupacional (voltado para meia e terceira idades) e Emprego para os Excluídos – estes três últimos, criados na gestão da Governadora Rosinha Garotinho.

A geração de informações, análises, estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho é feita pelo Observatório de Emprego e Renda, também criado nessa gestão. Como exemplo, podemos citar os trabalhos que vêm sendo realizados: site e boletim informativo mensal, distribuído à comunidade acadêmica e órgãos públicos e privados interessados em estudos sobre o mercado de trabalho; análises mensais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e da Pesquisa Mensal de Emprego; análises da Relação Anual de Informações e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; cálculo e divulgação mensal do Índice Municipal de Empregabilidade Formal – IMEF, concebido para acompanhar a performance relativa na criação de empregos formais nos 92 municípios fluminenses; barômetro do mercado de trabalho: análise da conjuntura econômica e suas implicações sobre o mercado de trabalho, elaborada semanalmente.

Durante o I CONGRESSO NACIONAL DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, lançamos a proposta de que os Observatórios de Emprego e Renda devam ser implantados em todo o país, criando uma Rede de Observatórios para a troca de experiências e dados relevantes do mundo do trabalho.

Evolução da quantidade de trabalhadores qualificados no país no período 2000-2004 e perspectivas para 2005



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

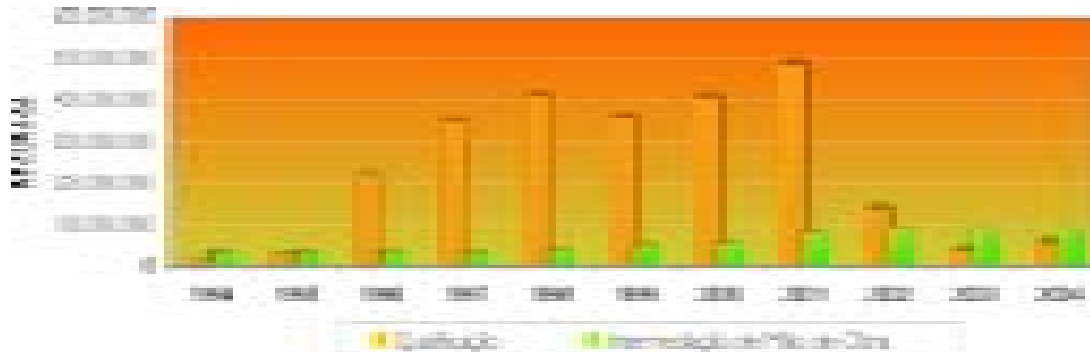
Recursos da qualificação profissional – FAT (geridos pelo MTE) - no período 2000-2004 e perspectivas para 2005



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Evolução orçamentária do sistema público de emprego brasileiro Período de 1994 – 2004

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



Uma visão de mais longo prazo na criação de empregos no Brasil deve ser baseada em estudos, pesquisas e em um processo criterioso de planejamento, que permita, com segurança gerar políticas públicas de emprego eficazes; conceber as indispensáveis reformas na legislação do trabalho; realizar/incentivar os investimentos seletivos que absorvam muita mão-de-obra; definir claramente e honrar os marcos regulatórios pertinentes aos diversos setores econômicos; propiciar a interligação de todos os atores participantes do sistema público de emprego; criar um clima de confiança dentre os investidores nacionais e internacionais.

A Proposta

Implantar o **PROGRAMA NACIONAL DE EMPREGO PARA TODOS**, que consistirá em conceber, coordenar, fazer implementar, supervisionar e avaliar as Políticas Ativas de Criação de Oportunidades de Ocupação, bem como as atividades necessárias ao apoio das referidas Políticas, instrumentalizando adequadamente as secretarias estaduais.

Em 2003, a arrecadação anual do PIS-PASEP foi de R\$ 16,7 bilhões. Neste mesmo período, coube ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) um pouco mais de R\$ 11 bilhões. Ressalte-se que, também, em 2003, foram destinados R\$ 118 milhões para os programas de intermediação de mão-de-obra ou 1,07% e R\$ 54 milhões para o plano de qualificação profissional ou 0,49% da verba total do FAT,

representando, respectivamente, R\$ 111,80 (US\$ 37) por colocado e R\$ 288,50 (US\$ 76) por treinando.

Prevê-se para 2005, se não houver contingenciamento, verbas totais de R\$ 127 milhões (1,15%) para a qualificação profissional e R\$ 109 milhões (0,99%) para intermediação de mão-de-obra, muito abaixo dos recursos historicamente consignados para essa atividade na década passada e das necessidades de um país imerso no desemprego alarmante,



acima dos dois dígitos por vários anos. Para a realização desse objetivo, as Secretarias Estaduais de Trabalho devem receber um percentual das verbas do FAT, variável em função da taxa de desocupação observada no país: 10% das verbas do FAT, enquanto a taxa de desocupação se situar em 10% ou mais; e 8%, quando a taxa de desocupação situar-se abaixo de 10%.

É urgente ainda universalizar o SINE, que hoje atende efetivamente apenas a camada menos qualificada da população brasileira economicamente ativa. Nesse sentido, é indispensável maior integração de nossas Secretarias de Trabalho com as instituições educacionais, cujos

formandos quase não utilizam nossos serviços. Precisamos ir até eles e montar agências dentro desses estabelecimentos de ensino técnico e universitário, a exemplo de como fizemos recentemente na UERJ.

Quero encerrar esta artigo lembrando a maior epopéia vivida na luta contra o desemprego no mundo. Na década de 30 do século XX, após a Grande Recessão, Franklin Delano Roosevelt lançou o NEW DEAL — expressão usada por ele em um discurso em que disse que o governo americano deveria fazer um “grande acordo” com o povo — criando um grande programa de reabilitação da população americana e reconstruiu seu país, tomando como fulcro a luta contra o desemprego.

Na maior nação capitalista do planeta, o Estado interveio com um grande Programa de Obras Públicas e Criação de Postos de Trabalho. Não ficou menos capitalista. Ficou menos desigual e muito mais poderoso, pelo fato de ter demonstrado ser mais flexível e competente.

Todo trabalhador brasileiro tem direito à dignidade de um emprego que lhe permita, com o seu próprio esforço, sustentar sua família, manter suas esperanças e realizar seus sonhos.

Marco Antonio Lucidi
Secretário de Estado de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro e vice-presidente do Fórum Nacional de Secretários de Trabalho



Fábrica de Sucos Bela Joana

Foto: Antonio Pinheiro



Fundação Ulisses
Guimarães

Foto
JM Soares

Desenvolvimento, educação continuada e qualificação profissional

Por Arlindo Lopes Corrêa

Na década de 60, surgiram muitos estudos e pesquisas que atraíram grande interesse, comprovando a imensa contribuição do capital humano para o desenvolvimento das nações. Mas todos esses trabalhos concentravam-se nos efeitos da educação inicial, de caráter formal, iniciada na infância e que podia chegar à juventude, nos bancos universitários. Agora, com a disseminação da educação continuada e do treinamento dos adultos, tenta-se medir o impacto dessas modalidades na acumulação de capital humano e no desenvolvimento. Tudo indica que o aprendizado dos adultos resulte em crescimento econômico, pois a ampliação da escolaridade e das habilidades vai redundar em aumento da produtividade, o que é especialmente verdadeiro em períodos de rápida mudança tecnológica, como o que vivemos atualmente.

Observando as estatísticas dos países europeus e dos Estados Unidos e Canadá verifica-se que uma grande parcela dos seus trabalhadores – entre 12% e 41% – está recebendo alguma forma de treinamento, em sua maioria relacionada ao trabalho que desenvolvem. Os países escandinavos têm as maiores taxas de participação e as nações do sul da Europa, as menores.

As pesquisas ainda estão amadurecendo, mas já há muitas comprovações interessantes e algumas particularidades a ressaltar nessas práticas de reciclagem tão comuns nas nações ricas:

- ❑ os trabalhadores mais velhos, os de menor escolaridade e os das empresas de menor porte recebem

relativamente pouco treinamento, o que se deve ao retorno que os empregadores esperam dos investimentos que realizam nessas áreas;

- ❑ há um grande crescimento da educação e da qualificação de trabalhadores nos anos mais recentes, mas as desigualdades assinaladas no item anterior persistem;

- ❑ a educação continuada, aí incluída a qualificação, reduz a erosão das

habilidades e competências que resulta do envelhecimento dos trabalhadores;

- ❑ o treinamento reduz o risco de perda do emprego e aumenta as chances de (re)emprego dos desocupados;

- ❑ o treinamento eleva os salários, inclusive dos trabalhadores menos qualificados, reduzindo as diferenças em relação aos companheiros mais qualificados;



Estande do DETRAN no Metrô carioca

Foto: Fred Abrantes

- ❑ o treinamento facilita as promoções dos trabalhadores e protege-os das perdas salariais em caso de mudança de emprego.

Assim, embora sem uma quantificação precisa, fica claro que a educação continuada e a qualificação dão imensa contribuição ao crescimento econômico e os investimentos no setor não param de crescer.

No Brasil, contrariamente, as

verbas do FAT para qualificação profissional foram drasticamente reduzidas, embora seja evidente a necessidade brasileira de aperfeiçoar sua mão-de-obra neste mundo globalizado e altamente competitivo. O FAT dispõe de recursos totais da ordem de R\$ 11 bilhões, mas as verbas para o setor trabalho são fortemente racionadas. Em 2001 as verbas liberadas para a qualificação de mão-de-obra esta-

vam próximas de R\$ 500 milhões. Em 2005, a qualificação receberá pouco mais de R\$ 100 milhões. Não se pode desenvolver um País sem atualizar constantemente seus trabalhadores, mas o Brasil teima em ignorar essa evidência.

O Secretário do Trabalho e Renda do Rio de Janeiro, Marco Antonio Lucidi, propôs que o FAT destinasse 10% de seus recursos ao setor de trabalho sempre que a taxa de desocupação se situasse em 10% ou mais. E que o FAT aplicasse 8% quando a taxa de desocupação fosse inferior a 10%. Acatada pelo Governo Federal, seria uma medida rentadora para o trabalhador brasileiro.

Arlindo Lopes Corrêa
Subsecretário-adjunto da SETRAB/RJ



Produtos
Orgânicos

Foto
J. Freitas

Agricultura orgânica: desenvolvimento com responsabilidade social

Por Christino Áureo

F

azer da agricultura familiar uma fonte de trabalho e sinônimo de agroecologia moderna e eficaz sempre foi defendido por nós como alternativa para o desenvolvimento do nosso estado. Para nossa satisfação, esse processo começa finalmente a materializar-se.

O sonho de construir um país que promova o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, lance um olhar sobre a sua gente, só é viável com a implementação de um modelo que alie premissas macroeconômicas corretas (controle inflacionário, balanço de pagamentos, crédito etc.) com o cotidiano da nossa população, especialmente daquela parcela mais sujeita aos chamados riscos sociais.

Assim, é digno de comemorarmos algumas conquistas neste campo. Referimo-nos ao avanço obtido na conjugação da produção orgânica – livre da adição de agrotóxicos e aditivos químicos em geral – com a agricultura familiar.

Em função da dedicação necessária ao cultivo ou criação de animais com métodos totalmente naturais para o seu crescimento e proteção contra pragas e doenças, o agricultor de pequeno porte e sua família constituem os mais eficientes protagonistas deste tipo de atividade.

De acordo com dados oficiais, temos hoje no país, algo em torno de 100 mil hectares ocupados pela produção de orgânicos, cultivados por 4.500 produtores, grande parte deles agricultores familiares. Os estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro concentram 70% de toda a produção brasileira.

É com satisfação que constatamos o Estado do Rio na vanguarda desse processo no país.

Hoje, temos em território fluminense cerca de 175 produtores orgânicos certificados, alguns deles com seus produtos atravessando fronteiras e conquistando mercados no exterior, como é o caso, por exemplo, do caqui, produzido em São José do Vale do Rio Preto. Aliás, esta é a maior safra de caqui orgânico produzida naquela região. Das 600 toneladas colhidas, parte desse montante seguirá para o mercado europeu. Estamos firmando nosso estado como referência em agricultura orgânica. Temos o primeiro programa de governo voltado para o setor, o Cultivar Orgânico, que oferece linha de crédito ao produtor inte-

ressado em iniciar uma cultura sem insumos sintéticos ou converter a já existente, com juros de 2% ao ano e cinco anos para pagar.

A evidência de que no Rio de Janeiro o interesse pelos produtos orgânicos se faz presente tanto no público consumidor quanto no produtor foi a representatividade que o estado levou para a Biofach, maior feira mundial de produtos orgânicos, que aconteceu em Nuremberg, na Alemanha, em fevereiro deste ano. Na delegação brasileira, composta por 38 membros, um terço dos produtores eram fluminenses, promovendo seus produtos junto aos potenciais compradores de outros países.

A produção orgânica brasileira ocupa o 34º lugar no *ranking* de países exportadores. Nos últimos anos, o crescimento de vendas chegou a 50% ao ano - antes, era de apenas 10% ao ano. Portanto, superior aos países da União Européia e aos Estados Unidos, onde o mercado cresce em média de 20% a 30% ao ano.

Esse grande interesse pela produção orgânica demonstra também o acerto da política implantada pela Governadora Rosinha Garotinho que, ao lançar o Programa Cultivar Orgânico, durante a versão América Latina da Biofach, ainda em 2003, aqui no Rio, possibilitou-nos o apoio firme e decisivo a essa atividade, que é a cara do Rio.

Outra boa notícia é que em novembro de 2005 sediaremos o evento pela 3ª vez, mostrando que o Rio de Janeiro traduz como nenhum outro lugar a conjugação do conceito de saúde, vida ao ar livre e respeito à ecologia.

Tudo isso desenvolvido por inúmeras famílias, tanto no interior como na região metropolitana, gerando ocupação para milhares de fluminenses.

Agricultura orgânica, essa sim é de família!

Christino Áureo - Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior



Foto J. Freitas



Estaleiros
Barcas Rodriguez S/A

Foto
Ignácio Ferreira

Rio de Janeiro: Indústria e Crescimento Sustentado

Por Luciana C.M. de Sá



ano de 2004 configurou-se para o país como de crescimento econômico, depois de vários anos de pequena ou nenhuma variação. Observou-se elevação do PIB de 5,2%, associada a um grande aumento da produção industrial nacional e melhora nos índices de emprego e renda. De fato, em 2004, a produção industrial elevou-se 8,3%, foram criados mais de 1,5 milhão de novos empregos formais em todo o país e a renda média real cresceu 4%. Além disto, observou-se que a retomada ao longo do tempo passou a atingir mais setores industriais, na medida em que o crescimento, inicialmente impulsionado pelas exportações e pela recuperação do crédito, contou com a colaboração do emprego e da renda a partir de meados do segundo semestre. Assim, os setores pertencentes aos gêneros semi e não duráveis passaram a exibir maior crescimento ao final do ano e no mês de janeiro último.

A economia do Rio de Janeiro não fugiu a esta tendência, evoluindo positivamente em 2004. As estatísticas revelam, todavia, que a recuperação industrial foi menos intensa no Rio de Janeiro do que no resto do país. As características econômicas do estado e o perfil da recuperação observada no ano ajudam a entender as diferenças.

Sabe-se que o peso do setor de extração de petróleo é elevado na indústria fluminense e, durante o ano de 2004, diversas paradas técnicas e o atraso da entrada em operação de novos navios-plataforma levaram a produção do setor extrativo a sofrer queda de 3,6% no ano, influenciando negativamente a produção total do estado. Ao mesmo tempo, o crescimento da indústria de transformação nacional do ano foi induzido principalmente pelos setores de bens de capital e de consumo duráveis, refletindo o início do ciclo de investimentos no país, a maior demanda externa e a maior disponibilidade de crédito na economia. Estes setores, apesar de também estarem presentes na estrutura industrial fluminense, não são tão importantes quanto os voltados para a produção de bens intermediários e bens de consumo não duráveis, cuja dinâmica responde, principalmente, ao comportamento do mercado consumidor interno, que recuperou-se mais tardiamente em 2004.

Isolando a indústria de transformação, os números confirmam o processo de recuperação da atividade industrial no estado, acompanhando o movimento geral, mas a taxas mais baixas. A transformação totalizou uma expansão de 3,8% no Rio de Janeiro, ao passo que na média do país atingiu 8,4%. Essas diferenças foram mais expressivas em meados do ano, tendo sido captada uma redução paulatina, na medida em que o crescimento passou a generalizar-se e atingir os ramos industriais de uma forma mais global.

Outras pesquisas, como os Indicadores Industriais calculados pela FIRJAN, apontam para a mesma direção, confirmando tal avaliação de recuperação da atividade industrial em 2004. As vendas reais da indústria expandiram-se 5,8%, ao mesmo tempo em que o emprego apresentou o melhor registro da série histórica na taxa em 12 meses.

O que se pode esperar para este ano? Números recentes indicam que o patamar da atividade industrial ainda é alto, mas já há sinais de que a elevação dos juros a partir de meados do segundo semestre do ano passado começa a surtir efeitos redutores sobre a atividade econômica. As estatísticas industri-

“ A redução da inadimplência, as novas modalidades de crédito a taxas mais baixas, como os consignados em folha e para aposentados, e o aumento dos prazos ampliam a oferta de crédito.”

ais para o Rio e o país sinalizaram acomodação em janeiro. A par dos investimentos em curso no estado, que tendem a movimentar especialmente setores como naval, petroquímico, metalúrgico e automotivo, a evolução da conjuntura no estado não deverá se distanciar muito da nacional.

Desta forma, contribuindo para sustentar o crescimento global este ano, temos as novas condições no mercado do crédito e a recuperação do emprego operando favoravelmente, ajudando a impulsionar o consumo das famílias. A redução da inadimplência, as novas modalidades de crédito a taxas mais baixas, como os consignados em folha e para aposentados, e o aumento dos prazos ampliam a oferta de crédito. A economia

mundial se desacelerará, mas possivelmente menos do que se imaginava. Espera-se, portanto, que as exportações continuem altas, uma vez que, mesmo com câmbio desfavorável por determinado período, tem-se os contratos de prazo longo e as estruturas montadas para a exportação garantindo um viés exportador.

Como obstáculos ao maior crescimento, conjugam-se juros em níveis ainda elevados por algum tempo com carga tributária mais alta e compasso de espera da agenda de reformas necessárias a um ambiente mais favorável para o investimento. É verdade que em 2004 o investimento no país elevou-se a taxas duas vezes acima do PIB, mas não é suficiente para manter o crescimento por um longo período. É importante, assim, que se recapitem as tarefas pendentes para que o crescimento sustentado venha se somar à realidade da estabilidade.

Ainda há uma agenda extensa para uma trajetória sustentada de crescimento, isto é, depende de uma política visando ao aumento da competitividade e estímulo à expansão do investimento privado. Para tanto, o Sistema FIRJAN vem defendendo ações em sete áreas, onde há fortes obstáculos aos investimentos: tributária, trabalhista, meio-ambiente, infra-estrutura e logística, financiamento, defesa da concorrência e tecnologia e inovação. Outra tarefa de extrema relevância é o equacionamento da questão fiscal: adotou-se uma postura fiscal responsável, com elevados superávits primários, mas nossa dívida interna ainda é muito alta. São essenciais reformas na área das despesas públicas e da Previdência, de forma a garantir uma trajetória de dívida cadente no longo prazo. Só assim, será possível esperar queda substancial da taxa básica de juros e rumo certo para o crescimento sustentado.

Luciana C.M. de Sá - economista
Chefe da Assessoria de Pesquisas Econômicas da Firjan



Análise da Conjuntura

Por Henrique Gurvitz e Ranulfo Vidigal

O PIB do Brasil alcançou a cifra inédita de R\$ 1,769 trilhão elevando o país de 15^a para 12^a economia mundial. O PIB do Rio de Janeiro, de 1994 a 2004, cresceu 36,3% superando o crescimento do PIB nacional que aumentou 26,1% no mesmo período. Em 2004, a economia fluminense cresceu cerca de 2,5%. Projeta-se para 2005 um crescimento superior a 4%, a criação de 150 mil empregos formais e um PIB de quase R\$ 300 bilhões.

De acordo com a Fundação Cide, a indústria de transformação cresceu 3,75%, com destaque para a produção de veículos automotores. A indústria têxtil teve um crescimento de 20%, a indústria de bebidas 11% e a do setor de refino de petróleo e álcool, 6%. O comércio cresceu 3,3% e a construção civil, importante segmento empregador, 2,4%. Para manter e garantir o desenvolvimento sustentado da economia, o governo estadual vem investindo em obras estruturantes como o Porto de Sepetiba, o Anel Rodoviário, a revitalização de portos e aeroportos, além da atração de empresas para o estado.

Indicadores Econômicos

Industriais

Índices de Preços

Comércio

Transporte e de Comunicações

Finanças Públicas

Nível de Emprego Formal

1999 - 2005

Por Ana Cristina Andrade, Armando de Souza Filho
e Seráfita Azeredo Ávila

Indicadores Industriais
Estado do Rio de Janeiro - 2000-2005

Tabela 7

Período	Indústria extrativa mineral e de transformação							Construção Civil (r)	Serviços industriais de utilidade pública		
	Índice da produção física (2) (r) (Base : média de 2002=100)				Produtos selecionados			Consumo aparente de cimento (mil t)	Consumo de energia elétrica (Gwh) r	Consumo de gás encanado (mil m³)	Consumo de água (mil m³)
	Indústria Geral (ponderação IBGE)	Indústria Geral (ponderação matriz insumo produto CIDE)	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Aço bruto (mil t)	Petróleo (mil m³) (3)	Gás natural (10 ⁶ m³) (4)				
2000	87,62	131,95	82,66	101,06	6.484	57.037	5.721	3.642	31.734	1.636.554	757.180
2001	89,00	141,42	87,35	98,07	5.484	60.489	5.968	3.550	28.127	2.076.206	732.935
2002	100,00	156,26	100,00	100,00	6.459	69.683	6.886	3.447	26.819	2.714.238	719.652
2003	98,89	149,12	100,31	98,68	6.836	70.946	6.660	3.020	25.871	2.623.460	715.113
Jan	92,90	160,86	104,05	90,49	560	6.083	578	254	2.396	237.678	62.102
Fev	93,08	152,40	96,51	93,44	500	5.639	529	253	2.408	203.884	59.470
Mar	97,20	163,33	104,54	95,62	567	6.119	578	229	2.394	216.037	56.667
Abr	100,22	162,89	102,55	99,72	566	5.982	573	243	2.128	220.217	63.378
Mai	99,99	168,14	102,91	99,36	576	6.009	566	257	2.148	207.611	57.673
Jun	98,45	154,98	91,02	100,06	562	5.296	511	241	2.044	223.411	60.244
Jul	102,15	169,14	103,41	101,87	573	6.036	561	270	1.932	213.155	60.404
Ago	100,36	169,51	105,12	99,33	613	6.195	572	243	2.004	221.581	58.360
Set	102,42	163,54	99,53	103,05	560	5.897	545	266	1.926	209.058	58.434
Out	106,18	168,21	100,99	107,30	585	5.991	570	269	2.115	210.364	59.931
Nov	98,22	156,40	95,26	98,85	581	5.752	532	247	2.106	221.005	58.549
Dez	95,51		97,81	95,01	594	5.946	545	248	2.270	239.459	59.922
2004	101,38		96,66	102,39	7.398	70.456	6.779	3.093	25.423	3.185.240	639.965
Jan	92,25		97,37	91,14	620	5.928	549	256	2.214	243.530	59.212
Fev	91,91		90,46	92,23	560	5.525	514	215	2.241	238.626	57.212
Mar	102,69		98,26	103,65	587	6.035	570	274	2.189	261.677	59.185
Abr	98,16		94,02	99,06	592	5.673	554	238	2.206	271.026	60.459
Mai	103,85		92,06	106,39	619	5.655	530	255	2.115	251.729	57.020
Jun	104,35		93,91	106,61	623	5.728	544	279	1.947	246.320	59.189
Jul	103,22		100,13	103,89	636	6.086	592	249	1.999	263.823	57.429
Ago	106,28		99,43	107,75	646	6.048	581	281	1.962	279.930	58.472
Set	105,18		98,35	106,65	630	5.967	569	280	2.060	299.231	41.763
Out	106,83		101,24	108,03	654	6.102	602	249	2.108	296.716	42.243
Nov	101,84		93,73	103,59	627	5.654	551	266	2.136	260.628	42.947
Dez	99,96		101,01	99,74	606	6.055	623	249	2.246	272.003	44.833
2005											
Jan	96,96		101,38	96,00	512	6.077	622	244		284.220	
Fev	88,75		90,40	88,40	573	5.474	549	233		244.753	
Variações (%)											
No mês	-8,5	0,0	-10,8	-7,9	11,9	-9,9	-11,7	-4,5	5,2	-13,9	4,4
No mês/mês do ano ant.	-3,4	0,0	-0,1	-4,2	2,4	-0,9	6,8	8,4	-1,1	2,6	-25,2
Acumulada	0,8	0,0	2,1	0,6	-8,0	0,9	10,1	1,2	-1,7	9,7	-10,5

Fontes: IBGE/DPE/Departamento de Indústria, IBS e Petrobrás, ANP - Boletim Mensal de Produção submetido a ANP, Sind.Nac. Indústria de Cimento, LIGHT, AMPLA, CENF, CEG-Rio e CEDAE.

Notas:

- (1) Quando se tratar de índices os valores anuais são médios.
 - (2) Dados sujeitos a retificações
 - (3) Petróleo: óleo e condensado. Não inclui LGN (GLP e C5+).
 - (4) O valor total da produção inclui os volumes de rejeição, queimas e perdas, e consumo próprio de gás natural.
- (r) dados retificados

Variações percentuais

- No mês = mês de referência/mês anterior
 No mês/mês do ano anterior = mês de referência/mesmo mês do ano anterior
 Acumulada = janeiro até o mês de referência/igual período do ano anterior

Índices de Preços
Brasil e Estado do Rio de Janeiro - 1998 - 2005

Tabela 2

Indicadores Econômicos

Período	Índices de preços					
	Índice Geral de Preços disponibilidade interna BR Base: ago 94 = 100	Índice do custo da construção - RJ Base: ago, 94 = 100			Preços ao Consumidor	
		Média	Mão-de-Obra	Materiais de Construção	IPC Total(2)	IPCA Total(3)
1998 (1)	146,330	165,901	191,505	145,189	170,786	1.461,158
1999 (1)	162,894	173,025	198,404	152,960	180,204	1.538,749
2000	185,325	188,371	214,524	168,249	194,529	1.657,334
2001	204,528	201,616	230,743	179,572	208,012	1.788,856
2002	232,149	222,278	257,497	195,667	225,096	1.956,060
2003	285,074	260,548	297,123	232,860	258,386	2.258,337
Jan	276,578	238,431	261,547	220,800	248,276	2.158,494
Fev	280,984	240,557	261,547	224,504	252,447	2.196,052
Mar	285,640	258,055	296,653	228,867	255,081	2.218,891
Abr	286,815	260,234	296,653	232,663	258,092	2.249,067
Mai	284,900	260,725	296,653	233,518	259,119	2.265,036
Jun	282,913	261,327	296,653	234,567	258,759	2.264,356
Jul	282,349	261,468	296,653	234,812	259,037	2.264,809
Ago	284,105	268,609	311,824	235,965	258,902	2.276,360
Set	287,081	268,882	311,824	236,440	260,886	2.285,010
Out	288,337	269,237	311,824	237,059	261,065	2.289,580
Nov	289,718	269,484	311,824	237,489	263,788	2.309,730
Dez	291,462	269,571	311,824	237,640	265,179	2.322,660
2004	311,876	290,839	335,986	256,721	274,794	2.405,793
Jan	293,793	270,778	311,824	239,744	268,424	2.342,640
Fev	296,976	272,368	311,824	242,514	268,835	2.357,400
Mar	299,746	286,398	340,818	245,383	269,597	2.359,990
Abr	303,184	287,898	340,818	247,986	270,256	2.361,410
Mai	307,616	289,725	340,818	251,178	272,157	2.372,030
Jun	311,576	290,536	340,818	252,591	273,968	2.387,210
Jul	315,113	292,936	340,818	256,772	275,523	2.409,650
Ago	319,244	295,975	340,818	262,066	278,921	2.435,920
Set	320,788	297,907	340,818	265,432	278,848	2.444,930
Out	322,492	299,900	340,818	268,904	279,136	2.451,040
Nov	325,148	302,242	340,818	272,984	279,730	2.463,300
Dez	326,833	303,404	340,818	275,099	282,130	2.483,990
2005						
Jan	327,915	304,984	340,818	277,761	284,927	2.502,870
Fev	329,241	305,700	340,818	279,009	286,336	2.515,380
Variações (%)						
<i>No mês</i>	0,40	0,23	0,00	0,45	0,49	0,50
<i>12 meses</i>	10,86	12,24	9,30	15,05	6,51	6,70
<i>No ano</i>	0,74	0,76	0,00	1,42	1,49	1,26

Fontes: FGV - Fundação Getúlio Vargas e IBGE

(1) Média anual

(2) Base agost, 94=100 (3) Base dez, 93=100

Indicadores do Comércio
Estado do Rio de Janeiro - 1999 - 2005

Tabela 3

Período	Comércio Varejista (r)			Comércio Atacadista		Comércio Exterior		Registro de empresas na Junta Comercial	
	Índice de receita nominal de vendas no varejo RJ	Índice de volume de vendas no varejo RJ	Arrecadação do ICMS do comércio varejista	Comercialização de hortigranjeiros cereais e pescado na CEASA Gr. Rio	Arrecadação do ICMS do comércio atacadista	Exportações	Importações	Constituição	Extinção
	(Base fixa 2003=100)		Em mil reais	(Em mil t)	(r) Em mil reais	(FOB - 1000 US\$)		(Em unidades)	
1999 (1)	74,85	...	681.546	1.763	758.007	1.640.554	4.357.485	29.000	3.617
2000	80,23	108,35	781.566	1.850	980.093	1.842.119	4.766.431	27.286	5.560
2001	84,26	107,04	818.907	1.743	1.017.861	2.403.626	5.306.465	29.797	5.480
2002	91,38	107,38	888.867	1.729	1.171.947	3.655.835	5.346.947	27.530	7.972
2003	100,76	100,00	830.901	1.756	1.755.834	4.844.113	4.896.005	30.135	6.499
Jan	90,90	93,78	110.841	140	148.907	257.568	387.991	1.760	586
Fev	92,84	94,60	64.868	136	139.247	384.796	436.531	1.809	440
Mar	92,92	92,45	68.305	137	144.292	483.754	306.238	1.690	435
Abr	94,60	92,63	59.017	150	144.965	342.167	408.677	1.947	463
Mai	97,71	95,77	62.409	149	143.035	336.551	351.560	2.282	535
Jun	94,18	92,72	68.858	141	140.622	349.198	351.072	4.252	774
Jul	99,67	99,02	67.789	151	156.191	417.626	400.926	6.793	1.171
Ago	98,02	96,97	69.033	142	147.726	304.912	316.197	2.225	335
Set	95,94	94,68	68.559	146	142.324	501.345	470.322	2.590	514
Out	102,28	100,74	63.565	154	143.781	567.142	698.428	2.521	614
Nov	104,53	102,97	59.272	141	151.090	427.538	370.032	2.266	632
Dez	145,54	143,69	68.383	169	153.652	471.516	398.031		
2004	110,77	106,84	941.650	1.697	2.267.427	7.025.172	6.321.265	25.276	7.158
Jan	100,55	99,05	122.387	134	165.978	399.593	391.623	1.824	645
Fev	95,00	93,48	70.764	121	143.043	390.971	353.320	1.563	409
Mar	102,04	101,20	66.805	150	137.361	491.171	489.440	2.159	557
Abr	101,40	100,86	68.606	144	183.112	351.307	386.238	1.752	439
Mai	109,71	108,00	70.789	137	183.763	550.774	576.524	2.160	521
Jun	103,81	101,26	83.632	136	193.369	543.269	607.160	2.304	600
Jul	109,79	105,89	77.485	145	242.947	491.448	536.288	2.386	649
Ago	110,70	105,31	81.847	134	246.566	677.774	605.154	2.393	646
Set	105,24	100,11	77.517	141	185.016	401.117	535.935	2.008	561
Out	113,26	107,37	70.374	138	197.304	1.094.302	672.377	2.299	582
Nov	111,16	104,72	78.434	146	196.737	603.045	591.048	2.285	584
Dez	166,52	154,85	73.010	172	192.230	1.030.401	576.158	2.143	965
2005									
Jan	107,78	100,34	146.908	136	197.908	507.743	574.153	1.921	535
Fev	100,74	93,74	90.011	123	151.053	458.317	544.627	1.702	433
Variáveis(%)									
No mês	-6,5	-6,6	-38,7	-9,8	-23,7	-9,7	-5,1	-11,4	-19,1
No mês/mês do ano anterior	6,0	0,3	27,2	1,4	5,6	17,2	54,1	8,9	5,9
Acumulada	6,6	0,8	22,7	1,7	12,9	22,2	50,2	7,0	-8,2

Fontes: IBGE/Diretoria de Pesquisa/Departamento de Comércio e Serviços, CEASA - Central de Abastecimento, SECEX - Secretaria de Comércio Exterior, JUCERJA - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e SEF - Secretaria de Estado de Fazenda e Controle e tratar de índices os valores anuais são médios. De 1998 A 1999 o IBGE divulgava dados do faturamento do comércio varejista com base fixa = 100, a partir de 2000 os novos índices passaram a ser o Índice Nominal de Vendas do Varejo e Índice de Volume de Vendas do Varejo.

Este último resulta do deflacionamento dos valores nominais correntes por índices de preços para cada grupo de atividade com base fixa 2000= 100.(r) Dados retificados

Indicadores de Transporte e de Comunicações
Estado do Rio de Janeiro - 1999-2005

Tabela 4

Período	Transporte Marítimo (2)			Transporte Ferroviário(3)	Transporte Urbano					Transporte Aéreo (r)	Transporte Rodoviário	Comunicações
	Carga Transportada (mil t)	Exportada	Importada	Carga Transportada (mil TU)	Passageiros Transportados(r)					Passageiros Transportados (mil)	Consumo de Óleo diesel (1) (m³)	Pulsos Telefônicos Registrados (milhões)
					Total (mil)	Trens sub. (mil) (4)	Metrô (mil) (5)	Barcas (mil) (6)	Ônibus Mun. RJ (mil)			
1999 (1) (9)	39.049	17.816	21.233	30.889	1.314.739	67.528	106.890	21.718	1.118.603	10.082	2.102.186	9.052
2000 (1)	45.850	23.478	22.372	55.713	1.252.720	80.862	113.021	22.173	1.036.665	10.605	2.047.149	9.627
2001 (1)	50.881	25.782	25.099	56.164	1.176.644	80.236	109.918	17.796	968.693	11.268	2.216.106	11.107
2002 (1)	38.452	18.211	20.241	64.005	1.128.041	87.682	110.841	18.867	910.650	11.239	2.340.398	13.313
2003				67.114	1.053.002	95.135	113.380	18.093	826.394	10.372	2.188.102	12.958
Jan	4.135	2.345	1.790	4.735	87.587	6.880	8.612	1.680	70.415	901	178.065	1.065
Fev	3.602	2.295	1.307	4.473	87.171	6.605	8.883	1.566	70.116	840	181.664	1.109
Mar	3.882	1.939	1.944	5.363	85.119	6.426	9.211	1.494	67.989	897	169.484	1.072
Abr	2.722	1.925	797	5.378	85.542	7.188	8.935	1.563	67.857	923	180.620	1.085
Mai	3.905	2.340	1.564	5.755	91.045	8.289	9.755	1.655	71.346	810	188.491	1.061
Jun	3.782	2.381	1.401	5.771	87.419	8.171	9.291	1.492	68.465	791	176.433	1.063
Jul	3.556	2.169	1.386	5.955	92.121	8.980	9.945	1.508	71.687	908	190.519	1.054
Ago	3.029	2.141	888	6.181	88.103	8.477	9.547	1.347	68.732	873	180.897	1.076
Set	2.763	2.072	692	6.187	80.119	8.779	10.122	1.393	59.824	828	187.257	1.057
Out				5.806	94.003	9.102	10.363	1.557	72.982	883	192.413	1.088
Nov				5.615	84.727	8.112	9.182	1.393	66.039	850	172.038	1.163
Dez				5.895	90.046	8.126	9.535	1.445	70.941	8701	190.222	1.065
2004				76.767		94.987	120.405			11.247	2.117.129	12.814
Jan				6.185	81.020	7.198	8.372	1.487	63.964	910	172.566	984
Fev				5.727	76.155	6.410	8.192	1.360	60.194	873	160.272	1.001
Mar				5.388	91.121	8.246	10.954	1.540	70.382	903	186.336	993
Abr				6.035	81.983	7.347	9.354	1.347	63.934	907	177.259	1.093
Mai				6.606	85.971	7.933	10.266	1.395	66.377	893	169.593	1.079
Jun				6.337	85.073	8.219	10.205	1.364	65.285	866	175.415	1.069
Jul				6.727	83.712	8.432	10.243	1.431	63.606	1.029	177.615	1.071
Ago				6.620	85.403	8.868	10.761	1.376	64.398	990	181.779	1.096
Set				6.496	80.789	8.396	10.497	1.448	60.448	923	177.612	1.058
Out				6.902		8.016	10.251			982	173.579	1.154
Nov				6.806		7.816	10.434			966	174.975	1.096
Dez				6.937		8.106	10.876			1.006	190.129	1.120
2005												
Jan				6.507			9.434			1.063	159.199	
Fev				6.078			9.191			933	149.045	
Mar				7.009						1.034		
Variações (%)												
<i>No mês</i>	-8,8	-3,3	-22,1	15,3	-5,4	3,7	26,7	5,3	-6,1	4,1	-6,4	2,2
<i>No mês/mês do ano anterior</i>	-24,5	77,3	-72,2	30,1	0,8	-0,2	6,3	3,9	1,0	15,6	-0,7	5,2
<i>Acumulada</i>	3,3	39,8	-28,0	13,3	-4,2	-0,2	10,0	-7,0	-6,1	8,4	-7,4	-1,1

Fontes: ANP - Boletim Mensal de Produção submetido a ANP em 30/07/04, INFRAERO, Companhia Docas, MRS Logística S A, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A, Ferrovias Centro Atlântica - FCA, SUPERVIA, FLUMITRENS, Oporttrans, Barcas S.A, SMTU e TELEMAR

Notas:

- (1) Total anual; (2) Abrangência: Portos de Sepetiba, Forno, Niterói, Angra dos Reis e Rio de Janeiro. Em 1999 o Porto de Forno foi municipalizado. Dados de 2003 preliminares.
 - (3) Abrangência: Movimentação de Cargas com origem e destino no Estado do Rio de Janeiro. Em 2000 e 2001 a FCA mostra movimentação só na origem. Até setembro de 1989 os dados eram enviados pela RFFSA, a partir de 2000 os dados são enviados pela MRS e FCA.
 - (4) Abrangência: Ramais - Deodoro, Santa Cruz, Japeri, Belford Roxo, Gramacho e Vila Inhomirim.
 - (5) Abrangência: Município do Rio de Janeiro
 - (6) Abrangência: Linhas Rio-Niterói, Rio-Paquetá, Rio-Ribeira, Mangaratiba-Abraão e Abraão-Angra
 - (7) Inclui o consumo próprio das cias distribuidoras.
 - (8) Total de passageiros, embarcados e desembarcados, nos aeroportos do Rio de Janeiro administrados pela INFRAERO.
 - (9) A partir de 2003 são apresentados apenas os dados da MRS Logística S.A.
- (r) dados retificados

Indicadores de Finanças Públicas
Estado do Rio de Janeiro - 1999-2005

Tabela 5

(R\$ 1.000)					
Período	Transferências				
	ICMS (1)	FPM (2)	FPE (2)	IPI-EXP (2)	FUNDEF (3)
1999	7.191.172	354.582	157.055	70.345	1.191.535
2000	8.080.318	387.684	186.112	83.629	1.355.544
2001	9.252.080	455.233	219.019	82.562	1.549.626
2002	10.273.461	551.639	271.055	101.399	1.728.255
2003	11.105.389	570.467	281.980	118.793	1.883.379
Jan	989.794	51.179	25.275	10.586	169.596
Fev	943.776	53.879	26.614	10.517	154.071
Mar	986.853	46.691	23.084	9.740	160.204
Abr	929.797	44.455	21.979	10.859	174.210
Mai	997.914	62.354	30.828	8.402	159.828
Jun	831.388	43.789	21.649	9.391	137.238
Jul	915.427	36.715	18.152	8.875	160.725
Ago	900.802	48.166	23.813	9.465	151.244
Set	884.692	41.793	20.663	8.553	150.725
Out	883.124	43.193	21.348	10.330	144.920
Nov	919.405	48.100	23.781	10.641	148.172
Dez	922.417	50.153	24.794	11.434	172.446
2004	12.867.900	630.001	310.820	188.630	2.161.834
Jan	1.630.876	55.160	27.214	12.699	240.453
Fev	951.250	60.240	29.720	13.972	171.016
Mar	884.560	48.752	24.053	12.993	163.953
Abr	953.221	53.702	26.495	15.990	154.693
Mai	947.739	62.544	30.857	15.655	163.795
Jun	1.045.581	40.601	20.031	15.315	183.129
Jul	1.082.571	42.222	20.831	16.421	170.675
Ago	1.101.102	54.930	27.100	17.216	191.955
Set	1.035.183	47.567	23.468	16.505	157.785
Out	1.009.312	50.904	25.114	17.310	187.723
Nov	1.075.348	50.746	25.036	17.118	182.831
Dez	1.151.157	62.633	30.901	17.436	193.826
2005					
Jan	1.287.878		34.745	18.415	
Fev	1.080.412		30.415	15.680	
Variações(%)					
<i>No mês</i>	-16,1	23,4	-12,5	-14,9	6,0
<i>No mês/mês do ano anterior</i>	13,6	24,9	2,3	12,2	12,4
<i>Acumulada</i>	-8,3	10,4	14,4	27,8	14,8

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Secretaria de Estado da Receita

Variações percentuais

No mês = mês de referência/mês anterior

No mês/mês do ano anterior = mês de referência/mesmo mês do ano anterior

Acumulada = janeiro até o mês de referência/igual período do ano anterior

(1) Valores apurados com base na data do recolhimento e não na do repasse financeiro.

(2) Deduzidos 15% para o FUNDEF.

(3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96, Complementação da União e ICMS.Valores do Estado e Municípios.

Indicadores do Nível de Emprego Formal
Estado do Rio de Janeiro - 1999 - 2005

Tabela 6

Indicadores Econômicos

Período	Total		Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Outros	
	Admitido	Desligado	Admitido	Desligado	Admitido	Desligado	Admitido	Desligado	Admitido	Desligado	Admitido	Desligado
1999 (1)	956.801	921.648	136.492	136.938	90.998	96.444	265.967	246.029	449.408	432.308	13.936	9.929
2000 (1)	1.034.868	931.816	142.095	137.561	98.323	91.521	280.977	252.884	499.301	438.264	14.172	11.586
2001	1.009.454	950.034	122.181	122.757	99.500	96.025	267.951	248.529	509.567	470.858	10.255	11.865
2002	890.500	817.854	106.982	98.131	84.800	86.213	250.670	220.746	437.092	403.167	10.956	9.597
2003	863.169	804.725	100.828	94.916	77.996	78.256	242.805	225.600	430.501	395.228	11.039	10.725
Jan	74.020	79.372	9.054	8.537	7.022	7.176	20.670	25.583	36.595	37.265	679	811
Fev	76.191	66.703	8.184	8.331	6.805	5.760	20.104	18.954	40.526	33.056	572	602
Mar	64.034	67.713	7.734	7.997	5.217	6.568	16.370	18.636	34.008	33.915	705	597
Abr	71.682	64.521	7.923	7.759	6.667	5.746	19.531	17.827	36.127	32.485	1.434	704
Mai	73.149	71.804	9.860	8.411	6.147	6.300	19.405	20.516	35.996	35.665	1.741	912
Jun	72.017	62.624	9.518	7.620	7.582	5.803	19.138	18.107	34.033	30.311	1.746	783
Jul	73.712	70.545	8.356	8.404	7.496	6.969	20.238	19.065	36.787	35.474	835	633
Ago	74.670	67.145	8.756	7.343	6.911	7.378	19.901	17.819	38.344	33.835	758	770
Set	74.841	61.642	8.877	7.539	7.091	5.962	20.415	17.007	37.728	30.171	730	963
Out	75.174	63.998	8.933	7.303	7.053	6.802	21.187	17.537	37.152	31.784	849	572
Nov	73.795	60.900	7.917	8.231	6.068	6.818	24.443	15.666	34.699	28.476	668	1.709
Dez	59.884	67.758	5.716	7.441	3.937	6.974	21.403	18.883	28.506	32.791	322	1.669
2004	930.432	822.785	113.631	94.646	83.007	83.658	271.762	235.230	447.819	399.153	14.213	10.098
Jan	73.942	72.240	8.694	8.135	7.901	6.351	20.712	23.374	35.812	33.652	823	728
Fev	71.158	63.223	7.900	6.899	6.625	5.770	20.395	17.393	35.277	32.635	961	526
Mar	83.080	78.942	11.113	8.634	7.263	6.919	22.674	22.497	41.299	40.216	731	676
Abr	77.987	63.536	11.565	7.638	6.685	5.881	20.948	17.239	37.454	31.904	1.335	874
Mai	83.553	64.876	10.549	7.783	7.731	6.649	21.938	19.054	39.203	30.807	4.132	583
Jun	78.005	69.154	9.874	8.549	7.606	6.542	21.245	20.568	37.745	32.816	1.535	679
Jul	81.684	69.288	9.562	7.885	9.109	7.688	22.500	19.467	39.313	33.336	1.200	912
Ago	84.146	67.110	10.189	7.600	7.494	6.892	23.999	18.608	41.508	33.133	956	877
Set	74.612	64.984	9.821	6.746	5.917	7.012	22.014	18.750	36.117	31.579	743	897
Out	72.326	63.996	9.306	7.611	5.914	7.311	21.763	17.779	34.698	30.500	645	795
Nov	80.035	67.920	8.638	7.672	5.575	9.228	27.887	18.416	37.195	31.806	740	798
Dez	69.904	77.516	6.420	9.494	5.187	7.415	25.687	22.085	32.198	36.769	412	1.753
2005												
Jan	78.851	80.153	8.712	9.229	7.354	6.307	21.181	25.137	40.686	37.791	918	1.689
Fev	74.089	68.635	8.349	7.808	5.372	6.053	19.907	20.440	39.575	33.573	886	761
Varições(%)												
<i>No mês</i>	-6,0	-14,4	-4,2	-15,4	-27,0	-4,0	-6,0	-18,7	-2,7	-11,2	-3,5	-54,9
<i>No mês/mês ano. ant.</i>	4,1	8,6	5,7	13,2	-18,9	4,9	-2,4	17,5	12,2	2,9	-7,8	44,7
<i>Acumulada</i>	5,4	9,8	2,8	13,3	-12,4	2,0	0,0	11,8	12,9	7,7	1,1	95,4

Fontes: Ministério do Trabalho e Emprego.

Notas: (r) Dados retificados

(1) Média anual

Varições percentuais

No mês = mês de referência/mês anterior

No mês/mês do ano anterior = mês de referência/mesmo mês do ano anterior

Acumulada = janeiro até o mês de referência/igual período do ano anterior



Gás Natural

Rio de Janeiro

Foto: Antonio Pinheiro

